



Metropolitano de Lisboa

Plano de Atividades e Orçamento 2018

Documento aprovado em 10.05.2018,
conforme Despacho N.º 343/18 - SET, de 10 de maio.



Índice

1. Apresentação e enquadramento	3
1.1. Apresentação da empresa	3
1.2. Missão, Visão e Valores	3
1.3. Carta do Cliente	4
1.4. Política de Gestão	5
1.5. Estrutura Organizacional	6
2. Pressupostos de Referência	7
2.1. Orientações para a elaboração dos IPG	7
2.2. Indicadores macroeconómicos	7
2.3. Princípios financeiros de referência para 2018	8
3. Objetivos e Enquadramento Estratégico	9
3.1. Objetivos	9
3.2. Estratégia para o triénio 2018-2020	9
4. Contrato de Concessão	11
5. Caracterização dos Instrumentos de Planeamento e Controlo	11
6. Plano de Investimento Plurianual	12
7. Plano de Atividades 2018-2020	14
7.1. Atividade Operacional	14
7.2. Eficiência Energética	16
7.3. Atividade de Manutenção	17
7.4. Recursos Humanos	19
7.5. Gestão Económica e Financeira	21
7.6. Cumprimento de Orientações Legais	26
8. Empresas participadas do ML	31
8.1. FERCONSULT – Consultadoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	31
8.2. METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	32
ANEXO I – Demonstrações Financeiras	33
ANEXO II – Fichas de projetos de investimento	38
ANEXO III – Mapa de Pessoal, aprovado pelo Ministro do Ambiente	44
ANEXO IV – Pedido de autorização de exceção do cumprimento dos Princípios Gerais dos IPG 2018	46
ANEXO V – Resposta ao pedido de exceção do cumprimento dos Princípios Gerais dos IPG 2018	48

Índice de Quadros

Quadro 1 – Pressupostos Macroeconómicos de Referência 2018-2020.....	8
Quadro 2 – Princípios Financeiros 2018.....	8
Quadro 3 – Plano de Investimento 2018-2020 e Realização 2016/2017 - Projetos.....	12
Quadro 4 - Plano de Investimento dos Novos Projetos – Realização Após 2020.....	13
Quadro 5 – Plano de Procura 2018 (trimestral).....	14
Quadro 6 – Plano de Procura 2018-2020.....	14
Quadro 7 – Plano de Oferta 2018 (trimestral).....	15
Quadro 8 – Plano de Oferta 2018-2020.....	15
Quadro 9 – Plano de Oferta.....	15
Quadro 10 – Orçamento de receitas de títulos 2018 (sem IVA).....	16
Quadro 11 – Orçamento de receitas de títulos 2018-2020 (sem IVA).....	16
Quadro 12 – Plano da Procura e Orçamento de receita de títulos.....	16
Quadro 13 – Energia Elétrica – Plano 2018.....	16
Quadro 14 – Eficiência Energética.....	17
Quadro 15 – Características do Material Circulante.....	17
Quadro 16 – Material Circulante.....	17
Quadro 17 – Manutenção da Infraestrutura.....	18
Quadro 18 – Gastos com Pessoal.....	20
Quadro 19 – Demonstração de Resultados 2016-2020.....	21
Quadro 20 – EBITDA e EBIT Ajustado - Apuramento.....	21
Quadro 21 – EBITDA Ajustado – Gastos e Rendimentos Operacionais.....	22
Quadro 22 – Rendimentos Operacionais.....	22
Quadro 23 – Vendas e Serviços Prestados.....	22
Quadro 24 – Gastos Operacionais.....	23
Quadro 25 – Custo das Matérias Consumidas.....	23
Quadro 26 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	24
Quadro 27 – Gastos com Pessoal.....	24
Quadro 28 – Necessidades de Financiamento 2018.....	25
Quadro 29 – Apoio Financeiro do Estado – 2018.....	25
Quadro 30 – Stock da Dívida.....	26
Quadro 31 – Plano de Redução de Custos (PRC).....	27
Quadro 32 – Gastos com Frota Automóvel.....	27
Quadro 33 – Limites de Endividamento.....	29
Quadro 34 – Prazo Médio de Pagamentos.....	29
Quadro 35 – Dívidas Vencidas 2018-2016.....	29
Quadro 36 – Propostas Orçamentais Receita/Despesa 2018.....	30
Quadro 37 – Orçamento 2018 aprovado.....	30

1. Apresentação e enquadramento

1.1. Apresentação da empresa

O Metropolitano de Lisboa (ML) foi inaugurado em 29 de dezembro de 1959, tendo sido nacionalizado em 1975. Três anos depois, em 1978, foi constituída a Empresa Pública¹, passando a denominar-se, com a publicação dos novos estatutos, Metropolitano de Lisboa E.P.E.

A 26 de julho de 2009, assume a sua atual denominação como Entidade Pública Empresarial.²

1.2. Missão, Visão e Valores

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma entidade com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

Em outubro de 2016³, o Conselho de Administração aprovou o “Manual do Sistema de Gestão”, documento base do “Sistema de Gestão” da empresa onde se definem as suas diretrizes. Este documento foi também submetido à avaliação dos atuais membros do Conselho de Administração (mandato 2017-2019), que entraram em funções a 01 de janeiro de 2017, tendo igualmente obtido a sua aprovação.

No referido Manual do Sistema de Gestão, apresentam-se enunciadas as principais linhas orientadoras referentes à Missão, Visão e Valores do ML:

Missão

Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Visão

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

Valores

I. Inovação e Desenvolvimento:

- Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

II. Responsabilidade:

- Ambiental: ao nível do rendimento energético e garantia da proteção ambiental decorrentes da atividade desenvolvida;

¹ Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

² Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

³ Deliberação n.º 1217139, de 13 de outubro de 2016.



- Social: ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
- Económica: garantia da sustentabilidade da empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.

III. Qualidade:

- Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.

IV. Rigor e Integridade:

- Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
- Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.

V. Competência e Segurança:

- Manter e reforçar a imagem e credibilidade da Empresa como fator de afirmação externa e interna;
- Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

1.3. Carta do Cliente

O Metro assume a sua missão com os seus clientes no cumprimento da “**Carta do Cliente**” na qual a empresa adota os seguintes compromissos:

I. Oferta de serviço de transporte:

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondam às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que respondam eficazmente à procura existente.

II. Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Em permanente colaboração com as forças da autoridade, assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações.

III. Regularidade:

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação seja por fatores externos.

IV. Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma clara, percutível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

V. Disponibilidade dos equipamentos:

- Assegurar que os equipamentos existentes nas estações - designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso - se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.

VI. Limpeza e conservação:

- Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos.

VII. Recursos humanos:

- Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

VIII. Acessibilidades:

- Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida; para estes últimos, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidades nas estações ainda não preparadas para o efeito.

IX. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

1.4. Política de Gestão

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto empresa estruturante dos transportes da região de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados.

O Sistema de Gestão concretiza os seguintes princípios que traduzem a Política de Gestão:

- A satisfação do cliente como objetivo central;
- Uma liderança empenhada e comprometida;
- Responsabilidades partilhadas e claramente definidas;
- O Envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores;
- A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados;
- A melhoria contínua do desempenho;
- A tomada de decisões de forma sustentada;
- O estabelecimento de relações de parceria com os Fornecedores;
- A gestão dos impactes ambientais;
- O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis;
- O controlo dos perigos e riscos;
- A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado.

1.5. Estrutura Organizacional

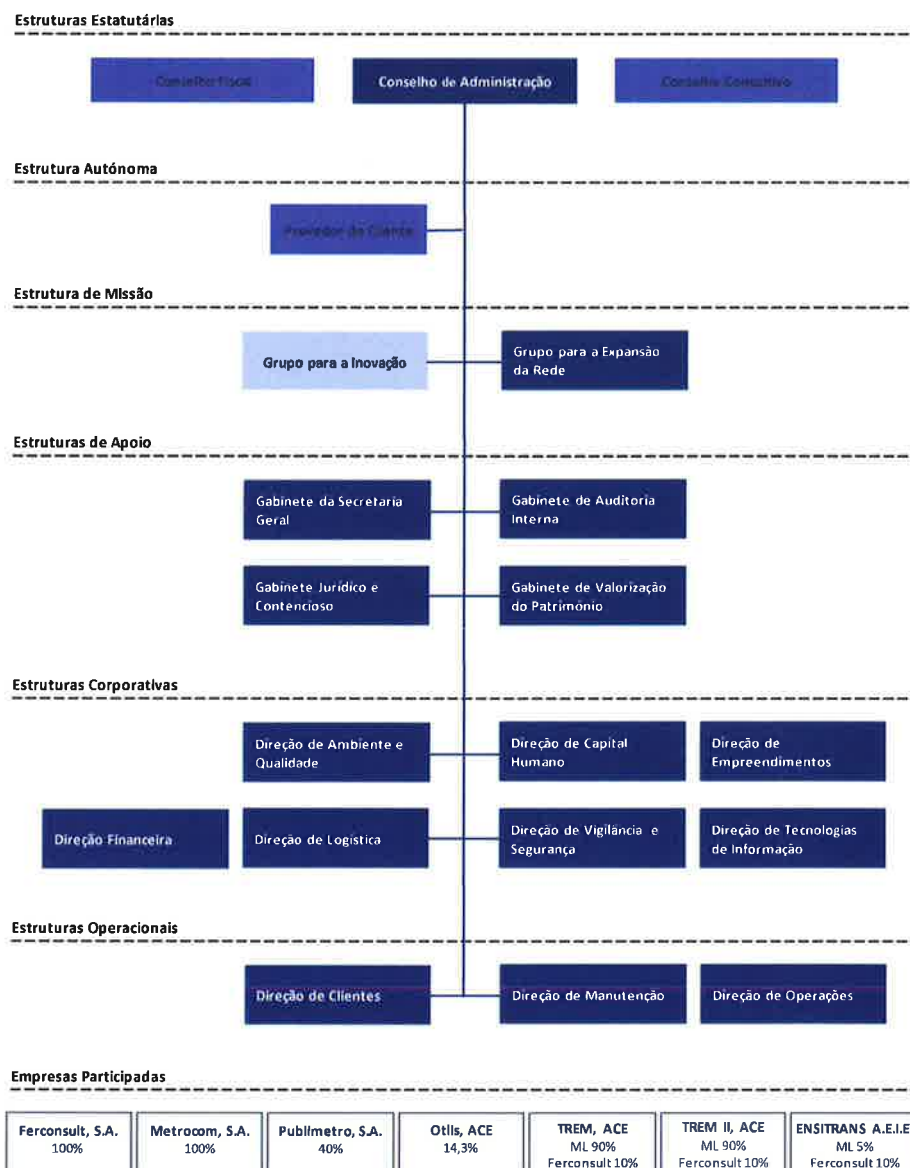
A Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, estabeleceu a “total autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo — Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., revogando os Decretos-Leis n.º 98/2012, de 3 de maio, e 161/2014, de 29 de outubro”.

Os atuais membros do Conselho de Administração para o mandato 2017-2019 foram nomeados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2017, de 16 de janeiro (com efeitos ao dia 1 de janeiro de 2017).

Este novo Conselho de Administração definiu a entrada em vigor, a partir do 2.º trimestre de 2017, de um novo modelo organizacional na empresa, de forma a dar uma melhor resposta ao novo enquadramento legislativo.

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. detém participações em empresas subsidiárias e participadas, das quais se destacam a FERCONSULT – Projetos e Engenharia de Transportes, S.A. e a METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A., nas quais o ML detém 100% do capital.

Ilustração 1 - Organograma



2. Pressupostos de Referência

2.1. Orientações para a elaboração dos IPG

Os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) do ML, compreendendo o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), o Plano de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais para 2018, foram preparados em observância das diretrizes definidas pelo Acionista.

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através do Ofício Circular n.º 3708, de 7 de agosto de 2017, referente às “Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2018”.

Como principais orientações do Acionista, destacam-se as recomendações referentes a políticas que garantam:

- (i) a melhoria da eficiência operacional, traduzida numa redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;
- (ii) a contenção de gastos com pessoal;
- (iii) que o crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos não excede os 2%;
- (iv) que novas atividades sejam sustentadas em análise de custo-benefício demonstrativas da racionalidade económica para a prossecução dos objetivos gerais da empresa.

Considerando que em 2011 o ML foi incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas (publicada pelo INE) como entidade pública reclassificada (EPR), equiparada a Serviço e Fundo Autónomo (SFA), têm vindo a ser aplicadas a esta sociedade, desde janeiro de 2012, medidas com impacto relevante em matéria de controlo e execução orçamental. Neste sentido, pelo 7.º ano consecutivo, a preparação do PAO para 2018 teve também em consideração as instruções para preparação do Orçamento de Estado para 2018, aprovadas por despacho do Secretário de Estado do Orçamento e transmitidas pela Direção-Geral do Orçamento através da Circular Série A n.º 1387.

Nos termos da referida Circular, foram preparadas as Propostas Orçamentais da Despesa e da Receita a desenvolver em 2018 pelo ML. No âmbito deste processo foram ainda observadas orientações específicas recebidas da Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria Geral do Ministério do Ambiente) e da DGTF, no âmbito das operações financeiras a realizar com o Estado em 2018.

2.2. Indicadores macroeconómicos

Conforme indicado no Ofício Circular n.º 3708 da DGTF, de 7 de agosto de 2017, os pressupostos macroeconómicos de referência considerados na elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2018 são os seguintes:

Quadro 1 – Pressupostos Macroeconómicos de Referência 2018-2020

PIB e Componentes da Despesa (em termos reais)	2018	2019	2020
PIB	1,9	2,0	2,1
Consumo Privado	1,6	1,6	1,6
Consumo Público	-0,8	-0,9	0,0
Investimento (FBCF)	5,1	5,1	4,8
Exportação de Bens e Serviços	4,5	4,5	4,5
Importação de Bens e Serviços	4,1	4,1	4,1
Evolução dos Preços			
IPC	1,7	1,7	1,8

2.3. Princípios financeiros de referência para 2018

As projeções económicas e financeiras integradas nos IPG traduzem os impactos dos Planos de Atividades a desenvolver pelo ML no exercício de 2018, no âmbito da estratégia definida. Em capítulo próprio deste documento, é efetuada uma análise da proposta orçamental avaliando o cumprimento dos princípios financeiros de referência, no âmbito das orientações emitidas pela DGTF, conforme tabela seguinte:

Quadro 2 – Princípios Financeiros 2018

Princípio	Descrição	Cumprimento
EBITDA	Crescimento do EBITDA face ao ano anterior, de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa.	X
Eficiência Operacional	Objetivo (empresas com EBITDA não negativo): assegurar, no seu conjunto a melhoria do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios e do EBIT, face a 31 de dezembro de 2016	V (parcial)
PRC (I)	Objetivo: Manutenção ou redução, face a 2016, de gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento	X
PRC (II)	Objetivo: Manutenção ou redução, face a 2016, de gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	X
PRC (III)	Objetivo: Manutenção ou redução, face a 2016, de gastos com a frota automóvel	X

Tendo em conta os objetivos estratégicos definidos pela empresa para o triénio 2018-2020 (desenvolvidos no ponto 3.1. deste relatório), o ML efetuou um pedido de autorização de exceção do cumprimento dos Princípios Gerais dos IPG 2018, constantes no quadro anterior, através de ofício 1284445, de 1 de setembro de 2017 (Anexo IV).

O não cumprimento dos princípios financeiros justifica-se por um lado, pela necessidade de aumento gradual de recursos quer humanos quer materiais, em sequência do novo modelo organizacional assente na atual política de autonomia jurídica do ML, na reposição salarial e do descongelamento das progressões das carreiras e pelas necessidades adjacentes à recuperação do material circulante imobilizado que têm um elevado impacto nos gastos operacionais da empresa.

3. Objetivos e Enquadramento Estratégico

3.1. Objetivos

Estando em linha com o programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019, para o triénio 2018-2020 o acionista definiu para o ML os seguintes objetivos subjacentes à estratégia de desenvolvimento a seguir:

- Promoção da mobilidade sustentável através do incentivo à utilização do transporte público, quer pela potenciação do serviço prestado quer pela integração com os outros modos de transporte;
- Reforço da oferta, com horários e frequências ajustados às necessidades atuais do cliente;
- Melhorar as acessibilidades das infraestruturas e instalações do Metro, de forma a potenciar a utilização deste meio de transporte por pessoas de mobilidade reduzida;
- Prossecução de medidas de eficiência energética ao nível das estações e dos edifícios administrativos;
- Substituição da frota de apoio à operação por automóveis elétricos, contribuindo para o plano de descarbonização da cidade;
- Desenvolvimento de projetos de expansão e remodelação da rede de Metro;
- Recuperação de intervenções programadas no Material Circulante e Infraestruturas;
- Reforço do quadro de pessoal com vista a assegurar a oferta e a qualidade de serviço;
- Promover o desenvolvimento de um sistema universal e integrado de pagamento do título de transporte;
- Incentivar a integração modal em termos de bilhética, tarifário, percursos e horários e gestão de custos pelo utilizador.

3.2. Estratégia para o triénio 2018-2020

A estratégia de desenvolvimento a seguir pelo ML no triénio 2018-2020, com particular impacto no plano de atividades e orçamento, respeitante ao ano 2018, tem subjacentes as seguintes ações:

Eixo I – Qualidade

- Reforço da oferta em todas as linhas da rede, pela necessidade de responder ao aumento da procura, complementada com o crescente número de turistas que procuram o meio de transporte metro;
- Estão em estudo a implementação de medidas com vista a manter uma maior regularidade de serviço, designadamente, a possibilidade de circular a 60 km/h quando seja necessário;
- Desenvolvimento de projetos de ampliação, reabilitação e melhoria de acessibilidades das infraestruturas e instalações do Metro;
- Desenvolvimento de projetos de expansão e remodelação da rede de Metro, nomeadamente no que se refere ao prolongamento Rato-Cais do Sodré (com previsão de abertura à exploração para 2022/2023);
- Reforço do quadro de pessoal em 2018, com especial relevo para as áreas da manutenção e das estações;
- Reposição de *stocks* essenciais ao cumprimento das intervenções preventivas/programadas e corretivas do Material Circulante de forma a garantir a recuperação do material circulante imobilizado.

Eixo II – Segurança

- Recuperação de intervenções programadas no Material Circulante e Infraestruturas;
- Modernização do sistema de sinalização, cuja primeira fase, incidirá sobre a linha azul e ligação aos PMO II e III;
- Substituição do sistema de portas pneumáticas da série ML 90 por portas elétricas;
- Revisão do sistema de portas elétricas das restantes séries;
- Investimento num novo sistema de controlo e comando de tráfego;
- Renovação do sistema de videovigilância centralizada, e implementação de sistema de deteção de descida à via em estação;
- Aumento da visibilidade dos vigilantes que estão ao serviço da rede ML.

Eixo III – Responsabilidade

1. Económica

- Reforço da oferta de serviços complementares / exploração de potencialidade e espaços comerciais nas Estações;
- Desenvolver sistemas de pagamento de títulos de transporte universais, nomeadamente pela possibilidade de utilização do cartão multibanco nos canais de acesso à rede;
- Aumento da receita tarifária por via do aumento da procura, quer de passageiros ocasionais, quer de passageiros correntes, em sequência da melhoria da prestação de serviços e da compatibilização da mesma com as atuais necessidades do cliente.

2. Social

- Restabelecimento das condições de trabalho e empregabilidade, no âmbito da responsabilidade social da empresa;
- Reforçar e uniformizar os descontos em títulos de transporte para determinado segmento de cliente.

3. Ambiental

- Prossecução de medidas de eficiência energética alinhadas com o compromisso de mobilidade sustentável;
- Remodelação do sistema climatização dos edifícios administrativos, através da substituição de equipamentos obsoletos por outros energeticamente mais eficientes;
- Substituição do sistema iluminação quer nos edifícios administrativos quer nas estações por lâmpadas LED;
- Substituição de veículos de combustão por veículos elétricos.

Destaca-se o objetivo de recuperar as intervenções programadas no Material Circulante e Infraestruturas, como condição essencial para reestabelecer os níveis de qualidade e cumprimento da oferta do serviço público atualmente comprometido.

4. Contrato de Concessão

O ML tem um contrato de concessão de prestação de serviço público com o Estado Português, de 23 de março de 2015, e que se encontra atualmente em revisão. Este contrato, e de acordo como anexo 1 do mesmo, estabelece como indicadores de desempenho o seguinte:

a. Cumprimento da Oferta (CO): $CO = \frac{\text{Carruagens x Quilómetros Realizados}}{\text{Carruagens x Quilómetros Programados}}$

Este indicador representa o rácio entre os quilómetros comerciais realizados e os programados, de acordo com o Plano de Operação em vigor, pelo que, para 2018, o ML tem estabelecido o objetivo mínimo de 26.945.038 de carruagens x km para cumprimento do referido contrato (ver ponto 7.1.2. *Oferta*), esperando superar esse mesmo objetivo;

Σ todos os intervalos de partidas em todos os términos

b. Regularidade (RG): $RG = \frac{\text{com desvio } > \text{ a 1 minuto face ao previsto em cada período do dia}}{\Sigma \text{ todos os intervalos de partidas em todos os términos}}$

Este indicador representa o grau de cumprimento do intervalo de partida entre 2 comboios consecutivos em cada término. Serão consideradas todas as partidas de todos os términos registadas pelos sistemas de controlo de tráfego centralizado do Posto de Comando Central (PCC). Face ao plano de manutenção estabelecido para 2018, o ML espera recuperar a frota que se encontra imobilizada de material circulante, procurando superar os 80% de regularidade.

5. Caracterização dos Instrumentos de Planeamento e Controlo

As obrigações de serviço público emergentes do contrato de concessão, a par da visão estratégica, são os elementos estruturantes do planeamento da atividade. Pois, é com base neles que se definiu a estratégia para o triénio, que depois de conformada as instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão e demais imposições legais, se encontra vertida neste documento.

Para garantir a prossecução dos objetivos foram definidas, calendarizadas e orçamentadas as tarefas a desenvolver que têm internamente um responsável definido. Para além da monitorização mensal destas tarefas são ainda aferidos, com a mesma periodicidade, pelo controlo interno, a execução orçamental e os indicadores operacionais que caracterizam e medem a atividade e o grau de desenvolvimento da estratégia. Esta informação é discutida mensalmente em reunião conjunta da gestão de topo com os responsáveis da estrutura da empresa. Para reforço do controlo, está em curso um projeto de implementação de contabilidade analítica, que além de cumprir os requisitos legais aplicáveis, permitirá obter informação de gestão mais fiável e mais atual.

Paralelamente, são desenvolvidas diversas auditorias internas que têm como finalidade verificar não só os requisitos legais e de procedimentos, mas também a adequação da ação auditada aos objetivos definidos.

6. Plano de Investimento Plurianual

O Plano de Investimentos do ML para o ano de 2018 apresenta o montante de 36,6 milhões de euros (formação bruta de capital fixo) e assenta prioritariamente na substituição e modernização de sistemas de segurança que se encontram em fim de vida, como o sistema de sinalização, o sistema de CITV, o sistema de SSIT, bem como na substituição e revisão das portas da frota de material circulante, bem como no projeto de Extensão Rato / Cais do Sodré.

Relativamente à rubrica de investimentos financeiros, trata-se de uma rubrica *non-cash*, relativa ao aumento de capital da empresa participada FERCONSULT, por conta de créditos a receber, que pelas razões apontadas no ponto 8.1., permitirá dar cumprimento ao artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Por outro lado, e uma vez que, a Ferconsult tem apresentado sucessivos Resultados negativos, que originaram em 2016 um Capital Próprio negativo em 885.335€, cabe ao ML como titular da função de acionista, apresentar medidas destinadas a superar a situação deficitária, conforme estabelecido no ponto 3 do artigo 35.º do DL n.º 133/2013, de 03 de Outubro. Medida esta tomada no âmbito do processo de reestruturação desta participada que foi apresentado às tutelas.

Quadro 3 – Plano de Investimento 2018-2020 e Realização 2016/2017 - Projetos

INVESTIMENTO (FBCF)	2016	2017	2018	2019	2020
	Real	Estimado	Previsão	Previsão	Previsão
Investimento ML	178 444	1 477 386	6 941 258	6 870 800	4 282 800
Edifícios e Outras Construções	14 490	66 381	1 777 011	1 180 000	472 000
Equipamento Básico	106 616	278 005	856 625	1 063 600	1 003 600
CITV	-	-	950 000	550 000	-
Portas ML-90	-	-	810 000	810 000	-
Portas ML95-97-99	-	-	1 000 000	2 000 000	2 000 000
Ferramentas e Utensílios	27 083	82 102	78 917	12 000	2 000
Equipamento Administrativo	30 256	1 050 898	1 468 705	1 255 200	805 200
Investimento ILD	5 240 014	3 320 723	29 644 108	97 394 928	98 256 500
Estação Baixa-Chiado	-	-	357 761	1 004 600	502 300
Prolongamento Alameda / S.Sebastião	549 246	-	953 655	-	-
Plano Nacional de Acessibilidades	36 825	39 133	1 483 512	6 374 874	9 605 000
Prolongamento Amadora Este / Reboleira	3 670 649	68 909	1 076 897	400 000	-
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	-	1 530 000	9 800 000	70 000 000	71 900 000
Projeto de Modernização	-	-	-	14 728 500	14 728 500
Remodelação da Linha A	3 071	69 807	2 168 100	2 059 596	-
Remodelação da Linha B	111 510	329 432	2 250 580	-	-
Remodelação e Ampliação Linha C - Areeiro	-	33 148	2 139 279	-	-
Remodelação e Ampliação Linha C - Arroios	-	768 788	3 364 909	954 191	-
Remodelação da Linha C	445 067	142 563	1 823 606	-	-
Remodelação da Linha D	228 188	210 793	2 116 179	716 667	-
Remodelação da Rede Global	195 459	128 150	1 809 629	456 500	1 020 700
Renovação de sistema SCADA	-	-	300 000	700 000	500 000
Investimentos Financeiros	-	-	3 436 725	-	-
Investimento participada FERCONSULT	-	-	3 436 725	-	-
TOTAL	5 418 459	4 798 109	40 022 091	104 265 728	102 539 300

Assim, no Plano de Investimento do ML 2018-2020, destaca-se conforme valores descritos no quadro 3 (Ver ANEXO II – Fichas de Projetos):

- O projeto de renovação do sistema de CITV no valor global de € 1,5 Mios a realizar em 2018 e 2019;
- O projeto de renovação do sistema de SCADA no valor global de € 1,5 Mios a realizar em 2018, 2019 e 2020;
- Upgrade tecnológico do sistema de portas série ML 90, no valor global de € 1,62 Mios, a realizar em 2018 e 2019;

- Processo de revisão de portas das séries ML 95, ML 97 e ML 99, no valor global de € 6 Mios, a realizar em 2018, 2019, 2020 e 2021;
- O projeto de Modernização do Sistema de Sinalização (CBTC), cuja primeira fase abrangerá a linha azul e as ligações aos PMO II e PMO III num investimento de cerca de € 29,5 milhões a realizar em 2019 e 2020 e que irá permitir o aumento da capacidade da linha, prevendo-se ainda englobado neste projeto aumentar a frota de material circulante em 4 Unidades Triplas financiadas em regime de leasing operacional a partir de 2021. De salientar que, na ficha de projeto em anexo, o valor deste investimento totaliza 46,3 milhões de euros, sendo que, 16,8 milhões de euros respeitantes à aquisição das 4 unidades triplas atrás referidas não foram incluídos no plano de investimento para o triénio 2018-2020, dado este investimento ser liquidado por rendas de Leasing Operacional (ver nota no campo de observações na respetiva ficha de investimento – Anexo II).

O Projeto de Prolongamento Rato / Cais do Sodré, com um prazo de execução previsto de 68 meses, e cuja obra se estima iniciar no decorrer do 1.º semestre de 2019, tendo como objetivo primordial aumentar o número de passageiros, quer pela disponibilização do serviço a zonas densamente povoadas da cidade não abrangidas pela atual rede, nomeadamente, com a criação de duas novas estações (Estrela e Santos), quer pela melhoria da intraconectividade da rede e a interconectividade com outros modos de transporte, designadamente, comboio (linha de Cascais) e navio (ligações marítimas com a margem sul do Tejo). Este investimento, que vai prolongar-se para além do triénio 2018-2020 (conclusão prevista para 2022/2023), tem um valor global estimado de 224 M€, a que acrescem 10 Unidades Triplas necessárias à operação da nova configuração (coberto por recurso a Leasing Operacional), para as quais, é estimado um valor global 42 M€, o que perfaz o total de 266 M€ de investimento neste projeto.

Ainda de referir, que os outros projetos que constam do quadro 3, não descritos acima, e que não têm ficha de projeto em anexo, tratam-se de investimentos relacionados com as necessidades correntes do ML, essenciais à continuidade da atividade da empresa, e emergentes do desgaste usual quer de edifícios quer de equipamentos. Estes investimentos são financiados por empréstimos da DGTF caso se tratem de investimento ILD, ou por dotações de capital para o investimento ML.

Quadro 4 - Plano de Investimento dos Novos Projetos – Realização Após 2020

INVESTIMENTO (FBCF)	(Un.: €)	
	≥ 2021 Previsão	TOTAL Previsão
Investimento ML	1 000 000	12 778 005
CITV	-	1 500 000
Portas ML-90	-	5 000 000
Portas ML95-97-99	1 000 000	6 000 000
Investimento ILD	70 770 000	254 957 000
Prolongamento Rato / Cais do Sodré ¹	70 770 000	224 000 000
Projeto de Modernização ¹	-	29 457 000
Renovação de sistema SCADA	-	1 500 000
TOTAL	71 770 000	267 735 005

1) De salientar que o valor total estimado para o projeto não considera o valor de investimento em material circulante, por o mesmo, ser coberto por recurso a Leasing Operacional

7. Plano de Atividades 2018-2020

7.1. Atividade Operacional

7.1.1. Procura

Os valores estimados da Procura para 2018, refletidos no quadro abaixo, baseiam-se nos seguintes pressupostos:

- Continuidade do aumento do turismo em Lisboa, com reflexo no acréscimo dos Títulos Ocasionais;
- Redução da taxa de desemprego, com influência essencialmente nos Passes (a previsão do Banco de Portugal é de 9%);
- Continuação do crescimento económico, com o conseqüente aumento da mobilidade, refletindo-se tanto nos Títulos Ocasionais como nos Passes.

Quadro 5 – Plano de Procura 2018 (trimestral)

Procura	2018 Previsão	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
N.º passageiros com título pago	154.182.117	37.225.200	38.627.455	36.965.887	41.363.575
Gratuitos e outros (sem fraude)	4.352.599	1.111.746	1.096.266	945.922	1.198.666
N.º passageiros transportados	158.534.716	38.336.946	39.723.721	37.911.808	42.562.240
Passageiros x km (sem fraude)	760.634.621	183.747.366	190.057.355	182.408.431	204.421.469

Quadro 6 – Plano de Procura 2018-2020

Procura	2020 Previsão	2019 Previsão	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real
N.º passageiros com título pago	162 465 887	158 667 397	154 182 117	146 387 900	140 007 359
Gratuitos e outros (sem fraude)	4 579 300	4 468 542	4 352 599	4 232 841	3 284 619
N.º passageiros transportados	167 045 188	163 135 939	158 534 716	150 620 741	143 291 978
Passageiros x km (sem fraude)	801 813 210	782 885 856	760 634 621	740 649 896	687 669 208

7.1.2. Oferta

O Plano Operacional da Oferta consiste num plano de organização e produção de carruagens x km de forma a satisfazer a procura estimada para cada período, garantindo as condições de eficácia, comodidade, rapidez e segurança.

O Plano de Oferta para 2018 contempla os seguintes pressupostos:

- Linha Azul: reforço de oferta com um comboio na ponta da manhã nos dias úteis e no período da tarde (12h-20h) aos fins-de-semana, e circulação de comboios de 6 carruagens nos fins-de-semana e feriados;
- Linha Amarela: reforço de oferta nos dias úteis com um comboio na ponta da manhã;
- Linha Verde: encerramento da estação Arroios e circulação de 6 carruagens nos dias úteis;
- Linha Vermelha: reforço de oferta com um comboio no período da tarde (12h-20h) aos fins-de-semana, e circulação de comboios de 6 carruagens nos fins-de-semana e feriados;

De referir que, face aos pressupostos acima detalhados, prevê-se que o crescimento da oferta seja sensivelmente superior ao crescimento da procura, dado o plano pretender responder quer a esse mesmo crescimento quer à reposição da qualidade do serviço público.

Quadro 7 – Plano de Oferta 2018 (trimestral)

Oferta	2018 Previsão	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
Carr x km - Linha Azul	9.169.906	2.308.358	2.297.211	2.206.446	2.357.891
Carr x km - Linha Amarela	6.190.432	1.573.600	1.532.462	1.481.706	1.602.664
Carr x km - Linha Verde	5.192.130	1.293.078	1.276.099	1.305.826	1.317.127
Carr x km - Linha Vermelha	6.392.570	1.576.430	1.593.093	1.611.776	1.611.271
TOTAL	26.945.038	6.751.466	6.698.865	6.605.754	6.888.953

Quadro 8 – Plano de Oferta 2018-2020

Oferta	2020 Previsão	2019 Previsão	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real
Carr x km - Linha Azul	9.173.462	9.172.797	9.169.906	8.341.431	8.344.699
Carr x km - Linha Amarela	6.211.890	6.192.455	6.190.432	6.060.780	6.131.255
Carr x km - Linha Verde	5.211.948	5.192.130	5.192.130	3.848.316	3.450.043
Carr x km - Linha Vermelha	6.393.580	6.392.570	6.392.570	5.697.590	5.813.313
TOTAL	26.990.880	26.949.952	26.945.038	23.948.116	23.739.309

Para 2018, prevê-se um incremento da oferta face ao real de 2016 (410,3 milhões de lugares x km, acréscimo de 13,5%).

Quadro 9 – Plano de Oferta

Oferta	2020 Previsão	2019 Previsão	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Variação 2018/2016		Variação 2018/2017	
						Valor	%	Valor	%
Carruagens x km	26.990.880	26.949.952	26.945.038	23.948.116	23.739.309	3.205.729	13,5%	2.996.922	12,5%
Lugares x km	3.461.850.368	3.449.593.856	3.448.964.864	3.065.358.865	3.038.631.541	410.333.323	13,5%	383.605.999	12,5%
Comboios x km	5.043.108	5.027.266	5.026.473	4.989.849	4.929.929	96.544	2,0%	36.624	0,7%

Em termos de oferta, há ainda a salientar que, está em estudo a possibilidade de alteração da velocidade máxima de circulação de 45 km/h para 60 km/h, permitindo aumentar a regularidade por via da redução do risco de atrasos na operação.

7.1.3. Receitas

A estimativa de receitas apresentada nos quadros infra, baseada nos níveis de procura considerados, contempla os aumentos tarifários previstos para 2018, reduzindo-se o nível das compensações financeiras atribuídas pelo Estado aos títulos subsidiados (Social+, 4_18/sub23), na ordem dos 800 mil euros, líquidos de IVA.

Quadro 10 – Orçamento de receitas de títulos 2018 (sem IVA)

Receitas (sem IVA)	2018 Previsão	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
Receitas de títulos de transporte*	104.869.288 €	24.079.593 €	26.649.902 €	26.794.749 €	27.345.044 €
Comparticipações dos passes	1.983.630 €	495.908 €	495.908 €	495.908 €	495.908 €
TOTAL	106.852.918 €	24.575.500 €	27.145.809 €	27.290.657 €	27.840.951 €

*Bilhetes e Passes

Quadro 11 – Orçamento de receitas de títulos 2018-2020 (sem IVA)

Receitas (sem IVA)	2020 Previsão	2019 Previsão	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real
Receitas de títulos de transporte*	112.777.357 €	108.928.421 €	104.869.288 €	97.900.578 €	92.789.805 €
Comparticipações dos passes	2.615.338 €	2.561.179 €	1.983.630 €	2.817.177 €	1.947.310 €
TOTAL	115.392.695 €	111.489.600 €	106.852.918 €	100.717.755 €	94.737.115 €

*Bilhetes e Passes

Quadro 12 – Plano da Procura e Orçamento de receita de títulos

Indicadores de Procura	2020	2019	2018	2017	2016	Variação 2018/2016		Variação 2018/2017	
	Previsão	Previsão	Previsão	Estimativa	Real	Valor	%	Valor	%
Passageiros Transportados	167.045.188	163.135.939	158.534.716	150.620.741	143.291.978	15.242.738	10,6%	7.913.975	5,3%
Passageiros x km (sem fraude)	801.813.210	782.885.856	760.634.621	740.649.896	687.669.208	72.965.413	10,6%	19.984.725	2,7%
Receitas Totais (sem IVA)	115.392.695 €	111.489.600 €	106.852.918 €	100.717.755 €	94.737.115 €	12.115.803 €	12,8%	6.135.163 €	6,1%
Receita média / passageiro	0,69 €	0,68 €	0,67 €	0,67 €	0,66 €	0,01 €	1,9%	0,01 €	0,8%
Receita média / passageiro.km	0,14 €	0,14 €	0,14 €	0,14 €	0,14 €	0,00 €	2,0%	0,00 €	3,3%

7.2. Eficiência Energética

O plano de consumo energético projetado para 2018, com base no nível de oferta programada, é o seguinte:

Quadro 13 – Energia Elétrica – Plano 2018

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	2018	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
	Previsão				
Consumo de Energia de Tração	47.999.088	11.116.295	12.380.909	12.280.780	12.221.104
Serviços Complementares	40.508.499	9.880.690	9.474.314	11.266.552	9.886.943
Outros Consumos	10.294.675	2.448.190	2.470.937	2.845.718	2.529.830
TOTAL Consumo Energia	98.802.262	23.445.175	24.326.160	26.393.050	24.637.877
Custo da Energia Elétrica [€]	8.694.598	2.063.175	2.140.701	2.322.588	2.168.134
Eficiência Energética (PK / kWh)	7,699	7,837	7,813	6,911	8,297
Consumo de energia por carruagem (kWh / CK)	3,667	3,473	3,631	3,995	3,576

un: kWh

No quadro seguinte, apresentam-se os indicadores de eficiência energética da rede de tração do ML para o período 2018-2020, em comparação com os períodos homólogos de 2016 (real) e 2017 (estimativa):

Quadro 14 – Eficiência Energética

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	2020	2019	2018	2017	2016
	Previsão	Previsão	Previsão	Estimativa	Real
Consumo de Energia de Tração	47.999.088	47.999.088	47.999.088	45.456.810	43.317.941
Serviços Complementares	40.508.499	40.508.499	40.508.499	40.508.499	38.913.355
Outros Consumos	10.294.675	10.294.675	10.294.675	10.192.747	9.357.551
TOTAL Consumo Energia	98.802.262	98.802.262	98.802.262	96.158.056	91.588.848
Custo da Energia Elétrica [€]	8.957.392	8.825.017	8.694.598	8.368.838	7.978.818
Eficiência Energética (PK / kWh)	8,115	7,924	7,699	7,702	7,508
Consumo de energia por carruagem (kWh / CK)	3,661	3,666	3,667	4,015	3,858

un: kWh

Da análise do quadro, prevê-se que o indicador “consumo de energia por carruagem x km” registe um ligeiro decréscimo em 2018 face à estimativa de 2017. Esta situação decorre do aumento proporcionalmente superior de carruagens x km previstas para 2018, resultantes dos reforços da oferta detalhados no ponto 7.1.2., por comparação com o aumento do consumo de energia.

Relativamente aos gastos com energia, assinala-se um aumento de cerca 4% face à estimativa de 2017, derivado do aumento dos consumos.

Estando em linha com a estratégia da empresa para o triénio 2018-2020, quando estiver concluída a substituição do sistema iluminação por lâmpadas LED em todas as estações e edifícios administrativos, estima-se uma poupança anual no consumo de energia de cerca de 2 milhões de euros.

7.3. Atividade de Manutenção

7.3.1. Frota

O Parque de Material Circulante é composto atualmente por 333 carruagens (111 Unidades de Tração), distribuídos, por tipo, da seguinte forma:

Quadro 15 – Características do Material Circulante

Parque de Material Circulante	2018	
	N.º carruagens	Idade Média (anos)
ML90	54	23,2
ML95	114	20,9
ML97	54	19,7
ML99	111	17,2
TOTAL	333	19,8

Quadro 16 – Material Circulante

MATERIAL CIRCULANTE	2020	2019	2018	2017	2016	Variação 2018/2016		Variação 2018/2017	
	Previsão	Previsão	Previsão	Estimativa	Real	Valor	%	Valor	%
Disponibilidade do Material Circulante [%]	90	90	89,7	78,0	77,3	12,4 p.p.	-	11,7 p.p.	-
MKBF - Quilometragem média entre falhas [km]	14500	14500	14.500	14.000	14.583	-83	-0,6%	500	3,6%

Para 2018, estão previstas atividades gerais de manutenção preventiva de Material Circulante, tendo por objetivo a plena disponibilidade da operacionalidade da frota a partir do 2.º semestre de 2018.

No âmbito da reabilitação ou beneficiação da frota, foram consideradas as seguintes atividades:

- Reativação da campanha de grande intervenção na frota ML90;
- Alteração de portas ML90 para tecnologia elétrica, a decorrer nos 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 2018;
- Beneficiação geral de portas das frotas ML95, ML97 e ML99, com substituição de materiais com fim de vida;
- Remodelação geral de materiais e redesenho de interiores da frota ML90;
- Remodelação geral de materiais e redesenho de interiores da frota ML95;
- Continuação da revisão profunda (grande intervenção) das caixas da frota ML90.

7.3.2. Infraestruturas e Património Imobiliário

Para 2018, o ML estabeleceu as seguintes metas ao nível da manutenção da infraestrutura principal:

Quadro 17 – Manutenção da Infraestrutura

INFRAESTRUTURA	2020	2019	2018	2017	2016	Variação 2018/2016		Variação 2018/2017	
	Previsão	Previsão	Previsão	Estimativa	Real	Valor	%	Valor	%
Indisponibilidade da infraestrutura principal (horas/mês)	1,5	1,5	1,5	3,0	1,2	0,3	22,6%	-1,5	-50,0%
MTBF - Tempo médio entre falhas (horas)	150	150	150	100	172	-22	-12,6%	50	50,0%

No decorrer de 2018, estão previstas várias atividades regulares de manutenção e conservação das infraestruturas fixas, bem como atividades específicas de renovação por fim de vida ou beneficiação de equipamentos e instalações existentes.

Tendo em linha de conta as diversas especialidades, destacam-se as seguintes atividades de manutenção:

- Via Férrea;
- Comunicações e Controlo;
- Energia;
- Eletromecânica;
- Instalações e iluminação de estação;
- Sinalização.

Por outro lado, em termos de Património Imobiliário, o ML prevê alienar ainda em 2018 o seu património não operacional, nomeadamente, os 36 apartamentos que detém nos concelhos de Sintra e Odivelas, cujo valor global de venda foi orçamentado em 300.000 euros, bem como, uma loja em Telheiras, cuja valor de alienação ainda não foi estimado. Destaca-se ainda a intenção de venda da Vivenda da Alameda das Linhas Torres, que apesar de não ser efetivamente património ligado à operação, o mesmo está considerado no contrato de concessão como bem afeto à prestação do serviço público, pelo que, ao abrigo da legislação vigente, a alienação carece de autorização do concedente, o Estado Português.



7.4. Recursos Humanos

7.4.1. Medidas de Política Salarial

O orçamento de Gastos com Pessoal teve subjacente o conjunto de medidas de política salarial, determinado pela legislação em vigor, aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado.

Destacam-se os seguintes pressupostos:

Efetivos

- Concretização em 2017 dos recrutamentos externos autorizados/em autorização com referência ao corrente ano;
- Necessidades de recrutamento externo identificadas pelos Responsáveis de Área para o período (2018/2020);
- Saída por reforma por idade dos colaboradores que, em cada ano, completam 66 anos de idade.

Matérias salariais:

- Impacto referente à reposição de evolução de carreira, prémios de desempenho e anuidades nos termos previstos na LOE 2017;
- Aplicação da regulamentação em vigor (nomeadamente os Acordos de Empresa) no que diz respeito a Avaliação de Desempenho (evolução na carreira e prémio de performance/desempenho) e contagem de antiguidade (anuidades);
- Realização de trabalho suplementar em conformidade com o solicitado pelas áreas.

7.4.2. Gestão do Efetivo

Durante o exercício de 2018, o ML procurará desenvolver a gestão do seu efetivo, dando cumprimento às orientações transmitidas às empresas do setor empresarial do Estado, no sentido de *“prosseguir uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente.”*

Foi autorizado pelo Senhor Ministro do Ambiente, em 1 de setembro, o quadro de Pessoal proposto pelo ML, conforme anexo III, que prevê um aumento de 78 efetivos. Contudo, e na revisão deste documento, encontram-se em processo de recrutamento 10 efetivos para área da manutenção, cuja aprovação ocorreu no final de 2017, estando ainda por aprovar a contratação de mais 68 efetivos, cujo pedido de autorização foi já formalizado, que se dividem em:

- Para a operação: 30 Agentes de Tráfego (base carreiras de Maquinista e Operador Comercial);
- Na Manutenção: 27 oficiais;
- Para as várias áreas técnicas: 11 técnicos.

O aumento das remunerações ao pessoal explica-se pelo recrutamento de pessoal já referido, cujo impacto financeiro se prevê essencialmente no último quadrimestre, bem como pelo efeito conjugado da aplicação dos artigos 20.º e 21.º LOE 2017 e do impacto estimado com valorizações remuneratórias nos termos do Despacho n.º 3746/2017. De referir que, o impacto estimado para a contratação dos 10 efetivos para a manutenção é de cerca de 350 mil euros, cujo recrutamento deverá estar concluído no final do 1º trimestre

de 2018, por outro lado, os restantes 68 efetivos em proposta, terão um impacto nas remunerações de pessoal de aproximadamente 500 mil euros, uma vez que as admissões irão decorrer ao longo do ano.

O decréscimo do total de gastos com pessoal face à estimativa para 2017 justifica-se pela redução do valor de encargos futuros com pensões, incluídos em restantes encargos com pessoal no quadro 17. Efetivamente, e pelo acordo coletivo de trabalho, os trabalhadores que entraram após 2003 não terão direito a complemento de reforma, pelo que, os encargos futuros com pensões tenderão a sofrer uma redução mais acentuada ao longo dos próximos anos, essa redução em 2018 prevê-se que seja cerca de 1,5 milhões de euros.

O quadro seguinte evidencia a evolução do efetivo, cuja variação do número de trabalhadores entre 2018/2017 contempla os 78 acima enunciados e saída de 2 efetivos por aposentação, apresentando informação referente aos Gastos com Pessoal no período 2014-2018, desagregado por órgãos sociais, dirigentes e restantes trabalhadores.

Quadro 18 – Gastos com Pessoal

GASTOS COM PESSOAL	Un.: €					Variação 2018/2017	
	Previsão 2018	Estimativa 2017	Execução 2016	Execução 2015	Execução 2014	Valor	%
Gastos totais com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	70 356 292 €	71 616 822 €	66 082 399 €	66 122 884 €	67 754 065 €	- 1 260 529 €	-1,8%
(a) Gastos com Órgãos Sociais	418 763 €	486 962 €	275 654 €	204 927 €	176 013 €	- 68 200 €	-14,0%
(b) Gastos com Cargos de Direção	1 135 747 €	1 126 362 €	939 608 €	1 169 989 €	1 446 538 €	9 385 €	0,8%
(c) Remunerações do Pessoal	49 166 639 €	48 354 029 €	43 532 963 €	43 613 817 €	43 051 958 €	812 610 €	1,7%
(i) Vencimento base + subsídio de férias + subsídio de Natal	37 800 127 €	36 950 851 €	36 149 609 €	37 514 070 €	34 962 512 €	849 276 €	2,3%
(ii) Outros subsídios	9 884 655 €	10 817 582 €	8 202 315 €	8 074 344 €	10 719 881 €	- 932 927 €	-8,6%
(iii) impacto reduções remuneratórias e de suspensão subsídios em cada ano			818 961 €	1 974 597 €	2 630 435 €	- €	n.a
(iv) impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º LOE 2017	1 093 114 €	585 597 €				507 517 €	86,7%
(v) impacto estimado com valorizações remuneratórias nos termos do Despacho n.º 3746/2017	388 743 €					388 743 €	n.a
(d) Benefícios pós-emprego	1 051 €	2 745 €	1 051 €	- €	240 917 €	- 3 797 €	-138,3%
(e) Ajudas de custo	4 774 €	5 448 €	913 €	6 294 €	2 333 €	- 673 €	-12,4%
(f) Restantes encargos	19 618 269 €	21 579 031 €	20 960 501 €	19 773 616 €	21 867 085 €	- 1 960 762 €	-9,1%
(g) Rescisões / Indemnizações	13 152 €	62 244 €	371 709 €	1 354 241 €	969 221 €	- 49 092 €	-78,9%
Gastos totais com pessoal (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii), (iv) e (v)	68 874 435 €	71 031 225 €	66 901 360 €	68 097 481 €	70 384 500 €	- 2 156 790 €	-3,0%
Nº T RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	1 491	1 415	1 376	1 389	1 432	76	5,4%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	7	7	8	8	6	0	0,0%
Nº Cargos de Direção sem O.S. (número)	16	16	11	10	17	0	0,0%
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número)	1 468	1 392	1 357	1 371	1 409	76	5,5%
Gastos com Dirigentes / Gastos com pessoal [(b)/((1)-(g))]	1,6%	1,6%	1,4%	1,8%	2,2%	0,0 p.p.	-

7.5. Gestão Económica e Financeira

7.5.1. Projeções Económicas e Financeiras

Quadro 19 – Demonstração de Resultados 2016-2020

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Un: €					Variação 2018/2017	
	2020 Previsão	2019 Previsão	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	122.544.877	118.401.550	114.352.244	108.421.189	101.189.096	5.931.055	5,5%
Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas às subsidiárias, assoc e er	-	-	-	68.323	(5.149.393)	(68.323)	-100,0%
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	114.575	2.448.842	(114.575)	-100,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons	(4.858.340)	(6.894.242)	(8.110.872)	(4.408.604)	(2.180.092)	(3.702.268)	84,0%
Fornecimentos e serviços externos	(28.692.925)	(35.811.302)	(35.720.457)	(32.400.425)	(30.513.040)	(3.320.031)	10,2%
Gastos com o pessoal	(76.171.372)	(74.834.988)	(70.356.292)	(71.616.822)	(66.082.399)	1.260.529	-1,8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	(186.846)	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	(2.500.000)	-	(1.328.157)	(2.500.000)	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	38.332.888	26.690.393	(38.332.888)	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	3.245.258	3.245.258	3.412.645	5.144.314	5.357.429	(1.731.669)	-33,7%
Outros gastos e perdas	(703.405)	(699.305)	(542.896)	(8.755.159)	(6.264.920)	8.212.263	-93,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiam	15.364.094	3.406.972	534.372	34.900.278	23.980.911	(34.365.907)	-98,5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(22.516.309)	(22.516.309)	(22.516.309)	(21.521.123)	(23.483.834)	(995.186)	4,6%
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (pe	-	-	-	-	447.586	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiam	(7.152.215)	(19.109.337)	(21.981.937)	13.379.155	944.663	(35.361.092)	-264,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	1.097.219	-	-
Juros e gastos similares suportados	(110.000)	(860.113)	(29.572.740)	(45.107.386)	(44.391.928)	15.534.647	-34,4%
Resultado antes de impostos	(7.262.215)	(19.969.450)	(51.554.677)	(31.728.231)	(42.350.046)	(19.826.446)	62,5%
Imposto sobre o rendimento do exercício	(128.142)	(128.142)	(128.142)	-	(1.790.340)	(128.142)	-
Resultado líquido do exercício	(7.390.357)	(20.097.592)	(51.682.819)	(31.728.231)	(44.140.386)	(19.954.588)	63%

Em termos do EBITDA contabilístico, apesar da sua acentuada queda, justificada essencialmente por rubricas *não cash* (Aumentos de justo valor), pode-se constatar que o mesmo é positivo em 2018. No entanto, e para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados a nível do EBITDA, importa proceder a ajustamentos a este indicador, expurgando na série histórica efeitos de natureza *non-cash*, que no referencial contabilístico anterior ao SNC seriam considerados como rubricas extraordinárias (designadamente, subsídios ao investimento e provisões).

De modo a ser comparável, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras pontuais, com relevante impacto no EBITDA contabilístico, e por sua vez, no Resultado Operacional Estimado.

Quadro 20 – EBITDA e EBIT Ajustado - Apuramento

EBITDA	Un: €					Variação 2018/2017	
	2020 Previsão	2019 Previsão	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Valor	%
EBITDA (DRN)	15.364.094	3.406.972	534.372	34.900.278	23.980.911	(34.365.907)	-98,5%
Ajustamentos	(2.691.178)	(2.691.178)	(191.178)	(33.974.941)	(22.717.175)	33.783.763	-99,4%
Reforço de Provisões	-	-	2.500.000	-	1.328.157	2.500.000	-
Ajustamentos e imparidades	-	-	-	-	186.846	-	-
Aumentos / Reduções de justo valor	-	-	-	(38.332.888)	(26.690.393)	38.332.888	-100,0%
Diferenças câmbio desfavoráveis	-	-	-	7.117.448	-	(7.117.448)	-100,0%
Subsídios ao investimento	(2.691.178)	(2.691.178)	(2.691.178)	(2.691.178)	(2.691.178)	-	0,0%
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	-	-	-	(68.323)	5.149.393	68.323	-100,0%
EBITDA (corrigido)	12.672.915	715.794	343.193	925.337	1.263.736	(582.144)	-62,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(22.516.309)	(22.516.309)	(22.516.309)	(21.521.123)	(23.483.834)	(995.186)	4,6%
EBIT (corrigido)	(9.843.394)	(21.800.515)	(22.173.116)	(20.595.786)	(22.220.098)	(1.577.330)	7,7%

Quadro 21 – EBITDA Ajustado – Gastos e Rendimentos Operacionais

	Un: €					Variação 2018/2017	
	2020 Previsão	2019 Previsão	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Valor	%
Rendimentos Operacionais (corrigidos)	123.098.957	118.955.630	115.073.711	110.988.900	106.304.188	4.084.811	3,7%
Gastos Operacionais (corrigidos)	(110.426.042)	(118.239.836)	(114.730.517)	(110.063.562)	(105.040.452)	(4.666.955)	4,2%
EBITDA (corrigido)	12.672.915	715.794	343.193	925.337	1.263.736	(582.144)	-62,9%

Face à estimativa para 2017, verifica-se que o EBITDA previsional para 2018 regista uma quebra de cerca de 600 mil euros, por via do aumento dos gastos operacionais numa proporção superior ao aumento dos rendimentos operacionais, conforme detalhado nos quadros seguintes.

O aumento dos gastos operacionais justifica-se pelo esforço na recuperação das 30 unidades triplas que se encontram imobilizadas, e na recuperação das infraestruturas existentes, de forma a permitir por um lado, a prestação do serviço público adequado às atuais necessidades, e por outro, repor os níveis de operacionalidade exigidos no contrato de concessão referido no ponto 4.

Importa ainda salientar que, o esforço para recuperação da frota de material circulante é visível no aumento do CMVMC e em FSE's (quadro 18), rubricas com um acentuado crescimento em 2018. No entanto, reposta a operacionalidade da frota, cujas atividades se concentram em 2018, assiste-se depois a um decréscimo destas rubricas, que em 2020 voltam aos valores habituais, permitindo assim um crescimento acentuado do EBITDA, e a continuação do esforço da empresa para repor o equilíbrio do resultado operacional (ver quadro 19).

Rendimentos Operacionais

Quadro 22 – Rendimentos Operacionais

RENDIMENTOS Operacionais	Un: €			Variação 2018/2017	
	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados*	114.352.244	108.421.189	101.189.096	5.931.055	5,5%
Trabalhos para a própria entidade	-	114.575	2.448.842	(114.575)	-100,0%
Outros **	721.467	2.453.136	2.666.250	(1.731.669)	-70,6%
TOTAL	115.073.711	110.988.900	106.304.188	4.084.811	3,7%

*Inclui compensações tarifárias

**Exclui rubricas não-cash (reversões, subs. Investimento)

Os Rendimentos Operacionais para 2018 ascendem a cerca de 115 milhões de euros, destacando-se, face à estimativa para 2017, um aumento nos rendimentos da prestação de serviços (+6 milhões de euros).

Quadro 23 – Vendas e Serviços Prestados

Vendas e Serviços Prestados	Un: €			Variação 2018/2017	
	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Valor	%
Receitas Tarifárias	110.647.259	104.295.621	97.823.199	6.351.638	6,1%
Receitas não Tarifárias	3.689.985	4.087.869	3.300.447	(397.884)	-9,7%
Vendas	15.000	37.699	65.449	(22.699)	-60,2%
TOTAL	114.352.244	108.421.189	101.189.096	5.931.055	5,5%

O aumento do volume de negócios (vendas + serviços prestados) para 2018 reflete o efeito do aumento da procura, expectável em linha com a atual tendência de crescimento. De referir que o montante das



compensações tarifárias recebidas pelo ML, respeitantes aos títulos de transporte 4_18, sub23 e Social+, encontra-se refletido na rubrica "Receitas Tarifárias".

Gastos Operacionais

Quadro 24 – Gastos Operacionais

GASTOS Operacionais	Un: €			Variação 2018/2017	
	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Valor	%
Custo Matérias Consumidas	8.110.872	4.408.604	2.180.092	3.702.268	84,0%
Forn. Serviços Externos	35.720.457	32.400.425	30.513.040	3.320.031	10,2%
Gastos com Pessoal	70.356.292	71.616.822	66.082.399	(1.260.529)	-1,8%
Outros *	542.896	1.637.711	6.264.920	(1.094.815)	-66,9%
TOTAL	114.730.517	110.063.562	105.040.452	4.666.955	4,2%

*Exclui rubricas não-cash (amortizações, provisões, perdas justo valor, ajustamentos e perdas em participadas)

A previsão de Gastos Operacionais para 2018, no montante de 114,7 milhões de euros, representa um aumento de 4,7 milhões de euros face à estimativa para 2017. As variações mais significativas assinalam-se nas rubricas de Custo das Matérias Consumidas (+3,7 milhões de euros) e Fornecimentos e Serviços Externos (+3,3 milhões de euros), que conforme já justificado anteriormente, tratam-se de ajustamentos necessários ao aumento da qualidade da prestação de serviços, quer por via do aumento da oferta, quer pela melhoria da infraestrutura atual, com impacto significativo nos consumos de materiais, nomeadamente, os relacionados com o material circulante, que são essenciais à reposição de carruagens em operação, e FSE's, procurando atingir níveis de serviço de acordo com as atuais necessidades do cliente.

Quadro 25 – Custo das Matérias Consumidas

Custo Matérias Consumidas	Un: €			Variação 2018/2017	
	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Valor	%
Materiais	6.692.082	2.896.057	1.222.912	3.796.025	131,1%
Títulos de Transporte	1.224.046	1.193.327	658.134	30.720	2,6%
Restantes CMVMC	194.744	319.221	299.047	(124.476)	-39,0%
TOTAL	8.110.872	4.408.604	2.180.092	3.702.268	84,0%

No Custo das Matérias Consumidas, destacam-se os Materiais, que incorporam, na sua maioria, despesas relacionadas com componentes e peças a incorporar nas intervenções de manutenção de material circulante. De referir ainda que os gastos com Títulos de Transporte estão relacionados com a aquisição de rolos de cartões "Viva Viagem" e rolos térmicos, estando o seu aumento relacionado com a previsão do aumento de procura.

Quadro 26 – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	Un: €				
	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Variação 2018/2017 Valor %	
Energia	8.694.598	8.368.838	7.978.818	325.760	3,9%
Rendas e Alugueres - Leasing	7.924.189	7.640.160	7.920.879	284.029	3,7%
Vigilância e Segurança	5.106.121	5.035.691	5.071.427	70.431	1,4%
CR - Assistência Técnica	3.019.145	2.491.310	2.505.608	527.835	21,2%
Outras Conserv. e Reparações	3.414.388	2.056.076	955.996	1.358.312	66,1%
Limpeza, Higiene e Conforto	2.806.572	2.751.541	2.583.323	55.031	2,0%
Trabalhos Especializados	2.043.476	1.133.607	683.050	909.869	80,3%
Outros FSE	2.711.967	2.923.201	2.813.940	(211.234)	-7,2%
TOTAL	35.720.457	32.400.425	30.513.040	3.320.031	10,2%

Prevê-se para 2018 um aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos em cerca de 10% face ao valor estimado para 2017. As variações mais relevantes verificam-se nas rubricas de Conservação e Reparação (+2 milhões de euros) e Trabalhos Especializados (+1 milhão de euros). A variação na rubrica de Conservação e Reparação deriva das atividades de manutenção preventiva e corretiva programadas para 2018, enquanto que o aumento registado em trabalhos especializados está relacionado com estudos e implementação de programas essenciais ao melhoramento das atividades de apoio à operação, nomeadamente, no controlo e monitorização da atividade da empresa. De salientar que, o ML irá cumprir estritamente o art.º 59 da Lei n.º 114/2017, consultando em primeira instância outros organismos ou entidades da Administração Pública sobre a existência dos conhecimentos técnicos necessários ao desenvolvimento do trabalho a contratar, de forma a reduzir o valor de trabalhos especializados estimado para 2018.

Quadro 27 – Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	Un: €				
	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real	Variação 2018/2017 Valor %	
Remunerações OS	354.211	401.851	275.654	(47.641)	-11,9%
Remunerações pessoal	50.118.284	49.851.297	43.532.963	266.986	0,5%
Encargos Sociais	11.431.411	11.352.257	10.849.806	79.154	0,7%
Indemnizações	13.152	62.244	371.709	(49.092)	-78,9%
Seguros	1.457.453	1.510.732	1.505.668	(53.279)	-3,5%
Fardamentos	12.600	100.870	28.184	(88.270)	-87,5%
Formação	255.012	114.896	54.172	140.116	122,0%
Encargos futuros com pensões	5.891.921	7.364.901	7.629.313	(1.472.980)	-20,0%
Complementos pensões reforma	(1.051)	2.745	1.051	(3.797)	-138,3%
Outros gastos com pessoal	823.300	855.027	1.833.879	(31.726)	-3,7%
TOTAL	70.356.292	71.616.822	66.082.399	(1.260.529)	-1,8%

O aumento das remunerações ao pessoal explica-se pelo recrutamento de pessoal referido no ponto 7.4.2, bem como pelo efeito conjugado da aplicação dos artigos 20.º e 21.º LOE 2017 e do impacto estimado com valorizações remuneratórias nos termos do Despacho n.º 3746/2017. O decréscimo do total de gastos com pessoal face à estimativa para 2017 justifica-se pela redução do valor dos encargos futuros com pensões, já explicado no ponto atrás referido.

7.5.2. Modelo de Financiamento

Quadro 28 – Necessidades de Financiamento 2018

Necessidades de Financiamento (detalhe)		Previsão 2018	SÍNTESE / APOIO FINANCEIRO	Previsão 2018
DÉFICE TESOUREARIA OPERACIONAL		9.405.387 €	Empréstimo DGTF	9.405.387 €
Necessidades de INVESTIMENTOS		44.475.740 €	DOT CAPITAL - Numerário	8.537.747 €
			PIDDAC	1.300.000 €
			Empréstimo DGTF	34.637.993 €
ENCARGOS FINANCEIROS	JUROS - ACIONISTA	5.889.435 €	Assunção Passivo / Transf. para Ativo	5.889.435 €
	JUROS - B. COMERC - ILD	329.597.124 €	Empréstimo DGTF	329.597.124 €
	JUROS - B. COMERC - ML	147.149.435 €	DOT CAPITAL - Numerário	147.149.435 €
REEMBOLSOS	FINANC. - ACIONISTA	68.810.000 €	Assunção Passivo / Transf. para Ativo	68.810.000 €
	FINANC. - B. COMER - ILD	71.502.576 €	Empréstimo DGTF	71.502.576 €
	FINANC. - B. COMER - ML	15.258.682 €	DOT CAPITAL - Numerário	15.258.682 €
TOTAL		692.088.379 €	TOTAL	692.088.379 €

Quadro 29 – Apoio Financeiro do Estado – 2018

Apoio Financeiro do Estado	Previsão 2018
Dotações Capital	170.945.864 €
Compensações Financeiras / Min. Ambiente	2.102.648 €
Subsídio Investimento / PIDDAC	1.300.000 €
Empréstimos DGTF	445.143.080 €
TOTAL	619.491.592 €

O modelo de financiamento projetado para 2018 contempla um cenário de apoio financeiro do acionista, compreendendo um conjunto de pressupostos, previamente estabelecidos com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, incluindo no apoio financeiro a obter pelo ML, o montante necessário para cobertura financeira:

- Do défice de exploração, no montante de 9,4 milhões de euros;
- Do plano de investimentos, no montante de 43,2 milhões de euros (necessidades brutas 44,5 milhões de euros), estando previsto o recebimento do subsídio do PIDDAC no montante de 1,3 milhões de euros;
- Do serviço da dívida, no montante de 638,2 milhões de euros, considerando o pagamento de juros e reembolsos de financiamentos contratados junto da banca comercial (563,5 milhões de euros) e junto do IGCP/Direção Geral do Tesouro (75 milhões de euros).

Em 2018, o modelo de financiamento do ML seguirá os seguintes moldes:

- o défice operacional será coberto por empréstimo da DGTF, convertido em capital social na maturidade;
- o investimento em ILD e o serviço da dívida ILD serão cobertos por empréstimo da DGTF, abatidos na maturidade por transferência para ativo do Estado;
- os investimentos ML e o serviço da dívida ML serão cobertos por dotações de capital.

7.5.3. Stock da Dívida

Quadro 30 – Stock da Dívida

STOCK DA DÍVIDA	Previsão 2018	Estimativa 2017
Curto Prazo		
Financiamentos bancários		0 €
TOTAL CURTO PRAZO	0 €	0 €
M/L Prazo		
B E I	508.843.647 €	580.346.223 €
Obrigações	1.310.000.000 €	1.310.000.000 €
SCHULDSCHEIN	300.000.000 €	300.000.000 €
Leasings	0 €	15.258.682 €
DGTF	1.615.179.734 €	1.238.846.655 €
TOTAL M/L PRAZO	3.734.023.381 €	3.444.451.559 €
TOTAL PASSIVO REMUNERADO	3.734.023.381 €	3.444.451.559 €

7.6. Cumprimento de Orientações Legais

7.6.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Tendo em linha de conta a estratégia da empresa para o triénio 2018-2020 (ponto 3.2.), os custos operacionais irão sofrer um agravamento em 2018, derivado sobretudo, da recuperação das intervenções programadas no Material Circulante e Infraestruturas, essenciais ao cumprimento dos objetivos da empresa, nomeadamente, quanto à reposição dos níveis de qualidade do serviço público atualmente comprometido. De forma, a mitigar este impacto, no âmbito do Plano de Redução de Custos estão a ser desenvolvidas várias iniciativas que irão gerar poupanças nos próximos anos, destacando-se:

- Concentração dos serviços corporativos no Complexo de Carnide;
- A concentração dos serviços corporativos da Ferconsult no ML, que decorreu no 2.º semestre de 2017, irá já ter reflexos em 2018 ao nível dos gastos consolidados do grupo;
- Implementação faseada de iluminação led nas estações, estimando-se uma poupança anual de cerca de 2 milhões de euros quando este projeto estiver concluído;
- Migração da frota de apoio à operação para veículos elétricos, estimando-se uma poupança anual de aproximadamente 15 mil euros em termos de combustíveis.

Desta forma, o EBITDA previsional em 2018 manter-se-á positivo, apesar de a empresa não cumprir o objetivo do Plano de Redução de Gastos Operacionais (PRC), apresentando apenas uma redução de 11,5% face a 2010, dado o agravamentos do custo com materiais consumidos, já anteriormente justificado.

Quadro 31 – Plano de Redução de Custos (PRC)

PRC	2017		2016		2010		Var 2018/2010		Var 2018/2017		Var 2017/2016	
	Previsão	Estimativa	Execução		Execução		valor	%	valor	%	Valor	%
CMVMC	8.110.872	4.408.604	2.180.092	2.606.599	5.504.274	211,2%	3.702.268	84,0%	2.228.512	102,2%		
FSE	35.720.457	32.400.425	30.513.040	38.674.372	-2.953.916	-7,6%	3.320.031	10,2%	1.887.385	6,2%		
Deslocações e Estadas	41.534	45.300	12.498	81.325	-39.791	-48,9%	-3.767	-8,3%	32.802	262,4%		
Deslocações (valor)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-	-	-		
Estada (valor)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-	-	-		
Estudos, pareceres e projetos de consultoria	2.043.476	1.133.607	683.050	1.523.037	520.439	34,2%	909.869	80,3%	450.557	66,0%		
Gastos com o pessoal s/ indemnizações	70.343.140	71.554.577	65.710.690	87.656.931	-17.313.790	-19,8%	-1.211.437	-1,7%	5.843.887	8,9%		
Ajudas de custo	4.774	5.448	913	0	4.774	-	-673	-12,4%	4.534	496,4%		
Total (1)	114.174.469	108.363.607	98.403.823	128.937.901	-14.763.432	-11,5%	5.810.863	5,4%	9.959.783	10,1%		
Volume de Negócios (VN)* (2)	114.352.244	108.421.189	101.189.096	66.986.884	47.365.360	70,7%	5.931.055	5,5%	7.232.093	7,1%		
Subsídios e Ind. Compensatórias (IC) (3)	0	0	0	26.502.996	-26.502.996	-100,0%	0	-	0	-		
Peso dos Gastos/VN (1)/(2)	99,8%	99,9%	97,2%	192,5%	-92,6 p.p.	-	0 p.p.	-	2,7 p.p.	-		

Conforme se pode constatar no quadro 30, em 2018 prevê-se uma ligeira diminuição do peso dos gastos sobre o volume de negócios. O aumento verificado nas rubricas de custo de materiais consumidos, relativo à aquisição de materiais para incorporação no Material Circulante, e em fornecimentos e serviços externos, será compensado parcialmente com o aumento do volume de negócios. O aumento verificado em estudos, pareceres e projetos de consultoria resulta essencialmente de estudos e implementação de programas essenciais ao melhoramento das atividades de apoio à operação, nomeadamente no controlo e monitorização da atividade da empresa, sendo este valor suscetível de ser inferior ao estimado pelas razões referidas no ponto 7.5.1 (*Gastos Operacionais*). No que respeita a ajudas de custo e deslocações/estadas, o aumento previsto decorre das necessidades subjacentes aos projetos de expansão Rato/Cais do Sodré e de Modernização, cujos contactos com outros metropolitano com Material Circulante e Sistemas de Sinalização mais atualizados, são essenciais às decisões futuras sobre a melhor opção de investimento para o ML. De referir ainda, que a rubrica de deslocações e estadas não é diretamente comparável com 2016, dado neste ano, este custo ser repartido com 3 empresas.

7.6.2. Frota Automóvel

Quadro 32 – Gastos com Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	PREVISÃO	ESTIMATIVA	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	Var. 2018/2017		Var. 2018/2010	
	2018	2017	2016	2010	Valor	%	Valor	%
N.º de veículos	42	47	48	86	-5	-10,6%	-44	-51,2%
Gastos								
Combustível	38.836 €	50.189 €	38.859 €	108.188 €	-11.353 €	-22,6%	-69.351 €	-64,1%
Conservação e Reparação	9.917 €	22.813 €	30.112 €	102.658 €	-12.896 €	-56,5%	-92.741 €	-90,3%
Rendas	192.959 €	76.456 €	28.513 €	125.902 €	116.503 €	152,4%	67.057 €	53,3%
Seguros	4.523 €	13.178 €	11.220 €	40.393 €	-8.655 €	-65,7%	-35.870 €	-88,8%
Impostos	2.400 €	3.108 €	2.389 €	2.235 €	-708 €	-22,8%	165 €	7,4%
Outros	13.318 €	11.351 €	34.238 €	3.577 €	1.967 €	17,3%	9.741 €	272,3%
Total	261.954 €	177.096 €	145.330 €	382.954 €	84.858 €	47,9%	-121.000 €	-31,6%

Para efeitos de comparabilidade com 2018, os valores de gastos com frota automóvel e o número de viaturas relativamente a 2010, 2016 e 2017 foram reexpressos, dado os mesmos anteriormente não contemplarem os gastos com a frota que é utilizada para serviço de piquete.

Apesar do aumento dos gastos com a Frota Automóvel em 2018 face a 2017, por via da renovação da mesma, e pela opção do Aluguer Operacional de Viaturas, estima-se que a médio e longo prazo se deverão obter poupanças de aproximadamente € 90.000/ano em custos de conservação e reparação, seguros e imposto

automóvel. Se compararmos os gastos com a frota face a 2010, verifica-se um decréscimo de 31,6%, em que, a rubrica que tem um considerável aumento é a Renda, devido quer à renovação da mesma quer à opção por substituição de viaturas próprias por viaturas em regime de ALD. Por outro lado, a substituição da frota de apoio à operação por veículos elétricos irá gerar poupanças nos gastos com combustíveis, que se irão refletir já no decorrer de 2018 conforme se poderá constatar no quadro 31, sendo esta uma medida em linha com o programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019 pela mobilidade sustentável.

Importa ainda referir, que a frota do ML para além de se encontrar já muito envelhecida, tendo viaturas com idades médias acima dos 20 anos, a mesma, tem vindo a ser reduzida desde 2012, quando a empresa se juntou à Carris, e depois em 2015 com a junção ao Grupo Transtejo, empresas com viaturas mais recentes, e que entraram em substituição de algumas das viaturas com mais anos do ML. A separação das empresas, conforme se refere abaixo, levou a que houvesse a necessidade urgente de repor viaturas em operação, tendo optado pelo Aluguer Operacional das mesmas.

De acordo com as orientações constantes no Ofício Circular n.º 3708 da DGTF, “os gastos associados à frota automóvel devem ser iguais ou inferiores aos executados em 2016 ou outros que entretanto tenham sido aprovados pelas tutelas.” Já durante o ano de 2017, o ML obteve autorização para a dispensa do parecer prévio da ESPAP⁴, respeitante à substituição, ao longo do ano de 2017, da frota operacional de veículos ligeiros do ML, nos termos do n.º 8 do artigo 37.º do DLEO.

Para além disso, foi também obtida a autorização nos mesmos termos da mencionada no parágrafo anterior⁵ no que se refere ao aluguer operacional de veículos para o Conselho de Administração, na sequência do processo de autonomia jurídica do ML face à Carris, Transtejo e Soflusa, determinado pela Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto.

Ambos os factos referidos acima justificam o aumento de gastos previstos para 2018, não sendo os mesmos diretamente comparáveis com 2016, uma vez que, neste ano estes gastos eram repartidos por três empresas.

7.6.3. Endividamento

Da aplicação da fórmula de cálculo da variação do endividamento, resulta o valor de 7,37%, acima do limite de 2% definido. Em 2018, o ML terá de efetuar um pagamento único e extraordinário relativo ao acordo estabelecido em 2017 entre o Estado Português, as empresas operadoras de transporte e o Banco Santander Totta. Como se pode constatar no Quadro 33, sem o efeito dos pagamentos previstos com estes contratos com BST, o ML cumpre o limite do endividamento estabelecido em 2%. Para o efeito do cálculo de novos investimentos, considerou-se os valores previstos para a extensão Rato/Cais do Sodré, Projeto de Modernização, bem como os investimentos relacionados com a recuperação de portas elétricas do Material Circulante, CITV e SCADA, conforme fichas de investimento em anexo.

⁴ Despacho de 17-05-2017, Of. n.º 855

⁵ Despacho de 17-03-2017. Of. n.º 466

Quadro 33 – Limites de Endividamento

Un.: €

Limites de Endividamento	% Variação	2018 Previsão	2017 Estimativa
Financiamento Remunerado		3 734 023 381	3 444 451 559
Capital Social		2 520 477 028	2 368 595 326
Total com Novos Investimentos	7,59%	6 254 500 409	5 813 046 885
Novos Investimentos ¹		-12 860 000	
Total sem Novos Investimentos	7,37%	6 241 640 409	5 813 046 885
Pagamento Extraordinário ²		-269 491 716	
Financiamento SWAPS BST ³		-114 144 940	-26 833 259
Total s/ Novos Invest. e s/ acréscimo derivado dos SAWPS	1,24%	5 858 003 753	5 786 213 626

1) Componente dos novos investimentos com expressão material, ou seja, com montante igual ou superior a 10M€ ou a 10% do orçamento para 2018.

2) Σ SWAPS BST que decorreram entre setembro de 2013 e abril de 2017

3) Valores SWAPS BST relativos ao ano em exercício

7.6.4. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 34 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Execução	Var 2018/2017	
				valor	%
Prazo Médio Pagamentos (dias)	35	19	22	16,0	84,0%

Quadro 35 – Dívidas Vencidas 2018-2016

Dívidas Vencidas (valores em euros)	0-90 dias			Dívidas vencidas art. 1.º DL 65-A/2011 > 90 dias		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Aquisição de Bens e Serviços	0	15.012	2.071.000	0	17.631	31.971
Aquisições de Capital	0	0	5.403	0	36.044	184.002
Total	0	15.012	2.076.403	0	53.675	215.973

Estima-se um aumento significativo do prazo médio de pagamentos em 2018, face ao verificado em 2017, em sequência do aumento do investimento em empreitadas de recuperação da infraestrutura, cujo prazo médio de pagamentos é de 60 dias, e que terão um grande peso na faturação de fornecedores. Contudo, e conforme se pode constatar pelo quadro 34, a empresa tem vindo a reduzir os valores de dívidas vencidas, estimando que em 2018 se consiga liquidar a sua totalidade.

7.6.5. Síntese das Propostas Orçamentais da Despesa / Receita incluídas no OE 2018

No cumprimento das obrigações de reporte à DGO no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento de Estado para 2018, foram apresentados pelo ML os Orçamentos de Despesa e Receita a inscrever na Proposta de OE/2018.

Este processo, que decorreu em agosto de 2017, implicou o desenvolvimento interno de um modelo de orçamentação complementar ao que sustenta a preparação dos IPG (base económica), exigindo o tratamento da informação previsional numa ótica de tesouraria (pagamentos/recebimentos), respeitando e adaptando às especificidades da empresa o Plano de Codificação Económica da Despesa e da Receita previsto no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Apresenta-se, em seguida, a síntese da proposta orçamental, submetida conforme estabelecido na plataforma SIGO/SOE da DGO, bem como o orçamento aprovado.

Quadro 36 – Propostas Orçamentais Receita/Despesa 2018

Orçamento da RECEITA		2018	Orçamento da DESPESA		2018
06	Transferências Correntes	2.072.648 €	01	Despesas com pessoal	79.837.465 €
07	Vendas de bens e serviços correntes	119.742.422 €	02	Aquisição de bens e serviços	69.645.035 €
08	Outras receitas correntes	1.564.013 €	03	Juros e outros encargos	476.746.558 €
09	Vendas de bens de investimento	524.260 €	06	Outras despesas correntes	18.538.186 €
10	Transferência de capital	1.300.000 €	07	Aquisição de bens de capital	80.170.190 €
12	Outros passivos financeiros	686.595.349 €	10	Passivos financeiros	86.861.258 €
TOTAL		811.798.692 €	TOTAL		811.798.692 €

Quadro 37 – Orçamento 2018 aprovado

Orçamento da RECEITA		2018	Orçamento da DESPESA		2018
06	Transferências Correntes	2.102.648 €	01	Despesas com pessoal	73.300.000 €
07	Vendas de bens e serviços correntes	119.742.422 €	02	Aquisição de bens e serviços	59.015.404 €
08	Outras receitas correntes	1.564.013 €	03	Juros e outros encargos	329.604.624 €
09	Vendas de bens de investimento	524.260 €	06	Outras despesas correntes	13.422.565 €
10	Transferência de capital	1.300.000 €	07	Aquisição de bens de capital	45.000.000 €
12	Outros passivos financeiros	620.291.226 €	09	Outras despesas de capital (juros)	147.141.935 €
TOTAL		745.524.569 €	TOTAL		738.987.104 €

8. Empresas participadas do ML

Para efeitos de divulgação do cumprimento das orientações emitidas pela DGTF, no âmbito da preparação dos Planos de Atividades Anuais, apresenta-se informação respeitante aos indicadores de cumprimento dessas orientações pelas sociedades participadas a 100%, designadamente controlo do EBITDA, Gastos Operacionais, Volume de Negócios e número de Efetivos.

8.1. FERCONSULT – Consultadoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.

Controlo do EBITDA

	PREVISÃO	ESTIMATIVA	REAL		2018 Vs 2017		2018 Vs 2010	
	2018	2017	2016	2010				
EBITDA	1 355 158 €	-2 737 175 €	-2 142 434 €	-2 265 718 €	4 092 333 €	149,5%	3 620 876 €	159,8%
<i>(Resultado Operacional antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)</i>								

Controlo dos GASTOS OPERACIONAIS

	ORÇAMENTO	ESTIMATIVA	REAL		2018 Vs 2017		2018 Vs 2010	
	2018	2017	2016	2010				
CMVMC	0 €	0 €	0 €	0 €	0	-	0 €	-
FSE	2 025 668 €	1 693 523 €	3 027 880 €	3 349 744 €	332 145	19,6%	-1 324 076 €	-39,5%
Deslocações e Estadas	30 541	34 386	63 663	167 408	-3 845	-11,2%	-136 867	-81,8%
Ajudas de Custo e Alojamento	6 000	6 509	11 136	74 628	-509	-7,8%	-68 628	-92,0%
Estudos, pareceres e proj. consult	1 595 004	1 120 367	2 038 495		474 637	42,4%	1 595 004	-
Gastos com PESSOAL (*)	2 101 615 €	2 839 970 €	3 702 055 €	9 364 353 €	-738 355	-26,0%	-7 262 739 €	-77,6%
(1) TOTAL	4 127 283 €	4 533 493 €	6 729 935 €	12 714 097 €	-406 210	-9,0%	-8 586 814 €	-67,5%
(2) (VN) VOLUME NEGÓCIOS (**)	5 936 597 €	2 217 232 €	5 536 697 €	12 152 781 €	3 719 366	167,7%	-6 216 184 €	-51,2%
(3) GASTOS / VN (1)/(2)	70%	204%	122%	105%				

(*) Sem indemnizações por rescisão de contrato

(**) Sem subsídios à exploração (IC's e outros)

Quadro de PESSOAL

	ORÇAMENTO	REAL			2018 Vs 2017		2018 Vs 2010	
	2018	2017	2016	2010				
Nº de efetivos a 31.DEZ	52	63	81	185	-11	-17,5%	-133	-71,9%

Dado a Ferconsult ter apresentado em 2016 um Capital Próprio negativo em 885.335€, derivado dos sucessivos Resultados negativos dos últimos anos, que se irá agravar tendo em conta o Resultado estimado para 2017, o ML em 2018 pretende proceder a um aumento de capital da empresa participada FERCONSULT, conforme referido no ponto 6 deste relatório, por conta de créditos a receber, de forma a dar cumprimento ao Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Este aumento de Capital está reconhecido no Balanço do ML, em Ativo Não Corrente - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.

Paralelamente, o Conselho de Administração do ML apresentou à Tutela em outubro de 2017, um documento explicativo do plano a seguir para a viabilização da Ferconsult, o qual terá efeitos já nos resultados de 2018 da empresa.

8.2. METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.

Controlo do EBITDA

	PREVISÃO	ESTIMATIVA	REAL		2018 Vs 2017		2018 Vs 2010	
	2018	2017	2016	2010				
EBITDA	417.381	392.476	368.675	176.700	24.905	6,3%	240.681	136,2%
<i>(Resultado Operacional antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)</i>								

Controlo dos GASTOS OPERACIONAIS

	PREVISÃO	ESTIMATIVA	REAL		2018 Vs 2017		2018 Vs 2010	
	2018	2017	2016	2010				
CMVMC (*)	0	0	0	0	0	-	0	-
FSE	2.153.176	2.092.164	2.004.573	2.360.938	61.012	2,9%	-207.762	-8,8%
Deslocações e Estadas	0	0	0	3.505	0	-	-3.505	-100,0%
Ajudas de Custo e Alojamento	0	0	0	0	0	-	0	-
Estudos, pareceres e proj. consul	0	0	0	3.505	0	-	-3.505	-100,0%
Gastos com PESSOAL (**)	212.179	212.179	197.156	451.935	0	0,0%	-239.756	-53,1%
(1) TOTAL	2.365.355	2.304.343	2.201.729	2.812.873	61.012	2,6%	-447.518	-15,9%
(2) (VN) VOLUME NEGÓCIOS (***)	2.713.759	2.489.950	2.521.799	2.927.937	223.809	9,0%	-214.178	-7,3%
(3) GASTOS / VN (1)/(2)	87%	93%	87%	96%				

(*) Não aplicável

(**) Sem indemnizações por rescisão de contrato

(***) Sem subsídios à exploração (IC's e outros)

Quadro de PESSOAL

	PREVISÃO	ESTIMATIVA	REAL		2018 Vs 2017		2018 Vs 2010	
	2018	2017	2016	2010				
Nº de efetivos a 31.DEZ	5	5	5	8	0	0,0%	-3	-37,5%

ANEXO I – Demonstrações Financeiras

Unidade: €

BALANÇO	2018 PREVISÃO	2018 1.º TRIM	2018 2.º TRIM	2018 3.º TRIM	2018 4.º TRIM	2017 ESTIMATIVA	2016 REAL
Ativo							
Ativo não Corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.492.508.777	5.085.983.106	5.079.195.036	5.121.343.246	4.492.508.777	5.033.402.939	4.986.145.104
Ativos fixos tangíveis	148.694.187	156.481.995	153.102.704	152.481.547	148.694.187	160.835.808	179.535.513
Propriedades de investimento	646.845	646.845	646.845	646.845	646.845	646.845	676.591
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6.294.155	2.857.430	2.857.430	2.857.430	6.294.155	2.857.430	2.814.343
Derivados	330.000	330.000	330.000	330.000	330.000	330.000	1.114.000
Outros ativos financeiros	52.288.590	52.188.590	52.288.590	52.288.590	52.288.590	52.188.590	58.787.571
Total do Ativo não Corrente	4.700.762.554	5.298.487.966	5.288.420.604	5.329.947.657	4.700.762.554	5.250.261.611	5.229.073.122
Ativo Corrente							
Inventários	8.031.344	6.106.965	6.507.101	7.284.554	8.031.344	4.076.539	2.173.269
Clientes	4.486.605	4.486.605	4.486.605	4.486.605	4.486.605	4.486.605	6.467.880
Estado e outros entes públicos	6.961.769	4.930.420	5.302.725	1.712.931	6.961.769	5.058.655	3.259.927
Outros créditos a receber	6.165.498	9.485.232	9.423.899	9.602.223	6.165.498	9.609.192	9.635.758
Diferimentos	31.977.100	31.977.100	31.977.100	31.977.100	31.977.100	31.977.100	31.395.581
Caixa e depósitos bancários	22.023.844	11.243.014	21.336.073	12.227.957	22.023.844	22.023.844	24.964.665
Total do Ativo Corrente	79.646.160	68.229.335	79.033.503	67.291.369	79.646.160	77.231.935	77.897.079
Total do activo em investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4.492.508.777	5.085.983.106	5.079.195.036	5.121.343.246	4.492.508.777	5.033.402.939	4.986.145.104
Total do activo afecto à operação (ML)	287.899.937	280.734.195	288.259.072	275.895.780	287.899.937	294.090.607	320.825.097
Total do Ativo	4.780.408.714	5.366.717.301	5.367.454.107	5.397.239.027	4.780.408.714	5.327.493.546	5.306.970.201
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO							
Capital Próprio							
Capital subscrito	2.520.477.028	2.520.477.028	2.520.477.028	2.520.477.028	2.520.477.028	2.368.595.326	2.176.544.524
Reserva legais	21.597	21.597	21.597	21.597	21.597	21.597	21.597
Outras reservas	1.501.878	1.501.878	1.501.878	1.501.878	1.501.878	1.501.878	1.501.878
Resultados transitados	(1.776.020.915)	(1.776.020.915)	(1.776.020.915)	(1.776.020.915)	(1.776.020.915)	(1.744.292.684)	(1.727.960.807)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	2.523.987	3.242.371	2.569.576	1.896.782	2.523.987	3.915.166	6.606.344
Total do Capital Próprio	748.503.576	749.221.960	748.549.165	747.876.371	748.503.576	629.741.283	456.713.537
Resultado Líquido do Exercício	(51.682.819)	(16.956.417)	(28.132.266)	(40.039.005)	(51.682.819)	(31.728.231)	(44.140.386)
Total do Capital Próprio	696.820.757	732.265.543	720.416.899	707.837.366	696.820.757	598.013.052	412.573.151
Passivo							
Passivo não Corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.467.099.314	2.990.893.622	3.010.938.586	3.052.370.676	2.467.099.314	2.851.238.631	3.070.524.077
Provisões	52.429.442	49.929.442	52.429.442	52.429.442	52.429.442	169.324.362	158.408.464
Financiamentos obtidos	66.251.354	99.052.138	88.386.588	84.547.575	66.251.354	79.078.960	80.201.560
Derivados	108.844.147	108.844.147	108.844.147	108.844.147	108.844.147	108.844.147	147.442.569
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	245.376.089	249.282.159	247.980.136	246.678.113	245.376.089	250.584.182	255.738.256
Total do passivo não corrente	2.940.000.346	3.498.001.507	3.508.578.898	3.544.869.952	2.940.000.346	3.459.070.282	3.712.314.925
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	643.666.006	645.199.170	644.976.562	639.847.675	643.666.006	761.971.190	702.149.898
Fornecedores	6.358.168	5.420.191	5.345.352	7.253.030	6.358.168	4.621.496	4.045.701
Estado e outros entes públicos	1.765.548	1.637.406	1.637.406	1.637.406	1.765.548	1.637.406	1.912.636
Financiamentos obtidos	426.055.572	426.055.572	426.055.572	426.055.572	426.055.572	447.703.198	429.879.292
Outras dívidas a pagar	65.614.761	57.863.574	60.218.007	69.561.542	65.614.761	54.153.658	43.516.421
Diferimentos	127.557	274.337	225.410	176.484	127.557	323.264	578.177
Total do Passivo Corrente	1.143.587.611	1.136.450.250	1.138.458.310	1.144.531.709	1.143.587.611	1.270.410.212	1.182.082.126
Total do Passivo em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	3.110.765.320	3.636.092.792	3.655.915.148	3.692.218.351	3.110.765.320	3.613.209.821	3.772.673.975
Total do Passivo afecto à operação (ML)	972.822.638	998.358.966	991.122.060	997.183.311	972.822.638	1.116.270.673	1.121.723.076
Total do Passivo	4.083.587.957	4.634.451.758	4.647.037.208	4.689.401.661	4.083.587.957	4.729.480.494	4.894.397.050
Total do capital próprio e do passivo	4.780.408.714	5.366.717.301	5.367.454.107	5.397.239.027	4.780.408.714	5.327.493.546	5.306.970.201

Unidade: €

BALANÇO	2020 PREVISÃO	2019 PREVISÃO	2018 PREVISÃO	2017 ESTIMATIVA	2016 REAL
Ativo					
Ativo não Corrente					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.853.776.542	4.683.895.564	4.492.508.777	5.033.402.939	4.986.145.104
Ativos fixos tangíveis	114.815.169	133.048.678	148.694.187	160.835.808	179.535.513
Propriedades de investimento	646.845	646.845	646.845	646.845	676.591
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6.294.155	6.294.155	6.294.155	2.857.430	2.814.343
Derivados	0	0	330.000	330.000	1.114.000
Outros ativos financeiros	52.288.590	52.288.590	52.288.590	52.188.590	58.787.571
Total do Ativo não Corrente	5.027.821.300	4.876.173.831	4.700.762.554	5.250.261.611	5.229.073.122
Ativo Corrente					
Inventários	6.122.871	6.053.768	8.031.344	4.076.539	2.173.269
Clientes	1.229.244	1.499.335	4.486.605	4.486.605	6.467.880
Estado e outros entes públicos	9.191.254	8.275.149	6.961.769	5.058.655	3.259.927
Outros créditos a receber	6.165.498	6.165.498	6.165.498	9.609.192	9.635.758
Diferimentos	31.977.100	31.977.100	31.977.100	31.977.100	31.395.581
Caixa e depósitos bancários	22.023.844	22.023.844	22.023.844	22.023.844	24.964.665
Total do Ativo Corrente	76.709.811	75.994.694	79.646.160	77.231.935	77.897.079
Total do activo em investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4.853.776.542	4.683.895.564	4.492.508.777	5.033.402.939	4.986.145.104
Total do activo afecto à operação (ML)	250.754.569	268.272.961	287.899.937	294.090.607	320.825.097
Total do Ativo	5.104.531.111	4.952.168.525	4.780.408.714	5.327.493.546	5.306.970.201
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio					
Capital subscrito	2.549.043.250	2.540.792.613	2.520.477.028	2.368.595.326	2.176.544.524
Reserva legais	21.597	21.597	21.597	21.597	21.597
Outras reservas	1.501.878	1.501.878	1.501.878	1.501.878	1.501.878
Resultados transitados	(1.847.801.325)	(1.827.703.734)	(1.776.020.915)	(1.744.292.684)	(1.727.960.807)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	86.487	1.223.987	2.523.987	3.915.166	6.606.344
	702.851.888	715.836.342	748.503.576	629.741.283	456.713.537
Resultado Líquido do Exercício	(7.390.357)	(20.097.592)	(51.682.819)	(31.728.231)	(44.140.386)
Total do Capital Próprio	695.461.530	695.738.750	696.820.757	598.013.052	412.573.151
Passivo					
Passivo não Corrente					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.948.228.818	2.722.708.653	2.467.099.314	2.851.238.631	3.070.524.077
Provisões	52.429.442	52.429.442	52.429.442	169.324.362	158.408.464
Financiamentos obtidos	72.606.070	72.606.070	66.251.354	79.078.960	80.201.560
Derivados	89.327.308	94.081.007	108.844.147	108.844.147	147.442.569
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	240.913.149	243.246.078	245.376.089	250.584.182	255.738.256
Total do passivo não corrente	3.403.504.786	3.185.071.249	2.940.000.346	3.459.070.282	3.712.314.925
Passivo corrente					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	549.341.258	596.503.632	643.666.006	761.971.190	702.149.898
Fornecedores	2.970.711	2.775.353	6.358.168	4.621.496	4.045.701
Estado e outros entes públicos	2.358.950	2.347.315	1.765.548	1.637.406	1.912.636
Financiamentos obtidos	382.760.320	404.407.946	426.055.572	447.703.198	429.879.292
Outras dívidas a pagar	68.005.998	65.196.723	65.614.761	54.153.658	43.516.421
Diferimentos	127.557	127.557	127.557	323.264	578.177
Total do Passivo Corrente	1.005.564.794	1.071.358.526	1.143.587.611	1.270.410.212	1.182.082.126
Total do Passivo em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	3.497.570.076	3.319.212.285	3.110.765.320	3.613.209.821	3.772.673.975
Total do Passivo afecto à operação (ML)	911.499.505	937.217.490	972.822.638	1.116.270.673	1.121.723.076
Total do Passivo	4.409.069.581	4.256.429.775	4.083.587.957	4.729.480.494	4.894.397.050
Total do capital próprio e do passivo	5.104.531.111	4.952.168.525	4.780.408.714	5.327.493.546	5.306.970.201

Un: €

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2018	2018	2018	2018	2018	2017	2016	Variação 2018/2017	
	Previsão	1.º TRIM	2.º TRIM	3.º TRIM	4.º TRIM	Estimativa	Real	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	114.352.244	26.255.035	29.053.484	29.387.921	29.655.804	108.421.189	101.189.096	5.931.055	5,5%
Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas às subsidiárias, assoc e emp. conjuntos	-	-	-	-	-	68.323	(5.149.393)	(68.323)	-100,0%
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	114.575	2.448.842	(114.575)	-100,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(8.110.872)	(1.714.941)	(2.241.711)	(2.442.679)	(2.612.749)	(4.408.604)	(2.180.092)	(3.702.268)	84,0%
Fornecimentos e serviços externos	(35.720.457)	(12.412.229)	(6.864.815)	(10.130.820)	(6.312.593)	(32.400.425)	(30.513.040)	(3.320.031)	10,2%
Gastos com o pessoal	(70.356.292)	(16.843.809)	(16.530.981)	(16.778.860)	(20.200.449)	(71.616.822)	(66.082.399)	1.260.529	-1,8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	(186.846)	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	(2.500.000)	-	(2.500.000)	-	-	-	(1.328.157)	(2.500.000)	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-	-	38.332.888	26.690.393	(38.332.888)	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	3.412.645	831.996	860.216	860.216	860.216	5.144.314	5.357.429	(1.731.669)	-33,7%
Outros gastos e perdas	(542.896)	(204.029)	(112.968)	(115.658)	(110.242)	(8.755.159)	(6.264.920)	8.212.263	-93,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto:	534.372	(4.087.977)	1.663.226	780.121	1.279.988	34.900.278	23.980.911	(34.365.907)	-98,5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(22.516.309)	(5.437.848)	(5.437.848)	(5.437.848)	(6.202.766)	(21.521.123)	(23.483.834)	(995.186)	4,6%
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	447.586	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(21.981.937)	(9.525.825)	(3.774.622)	(4.657.727)	(4.922.778)	13.379.155	944.663	(35.361.092)	-264,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	1.097.219	-	-
Juros e gastos similares suportados	(29.572.740)	(7.669.342)	(7.629.759)	(7.398.041)	(6.875.598)	(45.107.386)	(44.391.928)	15.534.647	-34,4%
Resultado antes de impostos	(51.554.677)	(17.195.167)	(11.404.381)	(12.055.768)	(11.798.376)	(31.728.231)	(42.350.046)	(19.826.446)	62,5%
Imposto sobre o rendimento do exercício	(128.142)	-	-	-	(128.142)	-	(1.790.340)	(128.142)	-
Resultado líquido do exercício	(51.682.819)	(17.195.167)	(11.404.381)	(12.055.768)	(11.926.518)	(31.728.231)	(44.140.386)	(19.954.588)	63%

Valores ajustados em 2019 e 2020 nos gastos com pessoal, de forma a dar EBITDA positivo

Un: €

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2020	2019	2018	2017	2016	Variação 2018/2017	
	Previsão	Previsão	Previsão	Estimativa	Real	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	122.544.877	118.401.550	114.352.244	108.421.189	101.189.096	5.931.055	5,5%
Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas às subsidiárias, assoc e emp. conjuntos	-	-	-	68.323	(5.149.393)	(68.323)	-100,0%
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	114.575	2.448.842	(114.575)	-100,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4.858.340)	(6.894.242)	(8.110.872)	(4.408.604)	(2.180.092)	(3.702.268)	84,0%
Fornecimentos e serviços externos	(28.692.925)	(35.811.302)	(35.720.457)	(32.400.425)	(30.513.040)	(3.320.031)	10,2%
Gastos com o pessoal	(76.171.372)	(74.834.988)	(70.356.292)	(71.616.822)	(66.082.399)	1.260.529	-1,8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	(186.846)	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	(2.500.000)	-	(1.328.157)	(2.500.000)	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	38.332.888	26.690.393	(38.332.888)	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	3.245.258	3.245.258	3.412.645	5.144.314	5.357.429	(1.731.669)	-33,7%
Outros gastos e perdas	(703.405)	(699.305)	(542.896)	(8.755.159)	(6.264.920)	8.212.263	-93,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto:	15.364.094	3.406.972	534.372	34.900.278	23.980.911	(34.365.907)	-98,5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(22.516.309)	(22.516.309)	(22.516.309)	(21.521.123)	(23.483.834)	(995.186)	4,6%
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	447.586	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(7.152.215)	(19.109.337)	(21.981.937)	13.379.155	944.663	(35.361.092)	-264,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	1.097.219	-	-
Juros e gastos similares suportados	(110.000)	(860.113)	(29.572.740)	(45.107.386)	(44.391.928)	15.534.647	-34,4%
Resultado antes de impostos	(7.262.215)	(19.969.450)	(51.554.677)	(31.728.231)	(42.350.046)	(19.826.446)	62,5%
Imposto sobre o rendimento do exercício	(128.142)	(128.142)	(128.142)	-	(1.790.340)	(128.142)	-
Resultado líquido do exercício	(7.390.357)	(20.097.592)	(51.682.819)	(31.728.231)	(44.140.386)	(19.954.588)	63%

Un.:€

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2018 Previsão	2018 1.º TRIM	2018 2.º TRIM	2018 3.º TRIM	2018 4.º TRIM	2017 Estimativa	2016 Real
Atividades operacionais							
Recebimentos de clientes	119.742.422	27.465.376	30.425.159	30.784.072	31.067.815	113.670.654	110.504.013
Pagamentos a fornecedores	(59.015.404)	(13.295.887)	(12.775.161)	(13.403.985)	(19.540.371)	(48.093.541)	(29.729.970)
Pagamentos ao pessoal	(73.300.000)	(17.299.499)	(17.402.226)	(17.228.761)	(21.369.513)	(72.877.430)	(58.994.627)
Caixa gerada pelas operações	(12.572.982)	(3.130.010)	247.772	151.326	(9.842.069)	(7.300.316)	21.779.416
Indemnização Compensatória	2.102.648				2.102.648	2.072.648	1.217.954
Outros pagamentos / Recebimentos atividade operacional	1.064.947	(44.274)	333.556	343.784	431.881	(1.277.323)	(2.019.666)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(9.405.387)	(3.174.284)	581.328	495.110	(7.307.540)	(6.504.991)	20.977.704
Atividades de investimento							
Recebimentos provenientes de:							
Atividades de investimento em ILD - Subsídios de investimento	1.300.000	-	-	-	1.300.000	1.137.500	1.670.125
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	524.260	-	-	-	524.260	-	33.502
Total dos recebimentos	1.824.260	-	-	-	1.824.260	1.137.500	1.703.627
Pagamentos respeitantes a:							
Ativos fixos tangíveis	(29.741.318)	(4.585.389)	(5.511.884)	(11.044.146)	(8.599.900)	(6.031.857)	(11.212.469)
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Outros pagamentos	(15.258.682)	(3.788.999)	-	(3.839.013)	(7.630.670)	-	-
Total dos pagamentos	(45.000.000)	(8.374.387)	(5.511.884)	(14.883.159)	(16.230.570)	(6.031.857)	(11.212.469)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(43.175.740)	(8.374.387)	(5.511.884)	(14.883.159)	(14.406.310)	(4.894.357)	(9.508.842)
Atividades de financiamento							
Recebimentos provenientes de:							
Aumentos de Capital *	151.881.702	151.881.702	-	-	-	219.859.311	358.409.543
Financiamentos obtidos	448.948.560	190.017.752	65.484.176	55.483.617	137.963.016	32.584.270	84.087
Total dos recebimentos	600.830.262	341.899.454	65.484.176	55.483.617	137.963.016	252.443.581	358.493.630
Pagamentos respeitantes a:							
Financiamentos obtidos	(71.502.576)	(14.051.527)	(21.699.761)	(14.051.527)	(21.699.761)	(71.502.576)	(229.233.943)
Acordo de pagamento SWAP Santander	(269.491.716)	(269.491.716)				(79.357.443)	
Juros e gastos similares	(207.254.843)	(57.605.585)	(28.765.446)	(36.059.016)	(84.824.796)	(93.125.035)	(131.204.006)
Total dos pagamentos	(548.249.135)	(341.148.828)	(50.465.207)	(50.110.543)	(106.524.557)	(243.985.054)	(360.437.949)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	52.581.127	750.626	15.018.969	5.373.074	31.438.459	8.458.527	(1.944.319)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	0	(10.798.046)	10.088.412	(9.014.975)	9.724.608	(2.940.822)	9.524.543
Caixa e seus equivalentes no início do período	22.023.843	22.023.843	11.225.797	21.314.210	12.299.235	24.964.665	15.440.123
Caixa e seus equivalentes no fim do período	22.023.843	11.225.797	21.314.210	12.299.235	22.023.843	22.023.843	24.964.665

Un.:€

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2020 Previsão	2019 Previsão	2018 Previsão	2017 Estimativa	2016 Real
Atividades operacionais					
Recebimentos de clientes	125.801.389	123.334.695	119.742.422	113.670.654	110.504.013
Pagamentos a fornecedores	(39.835.398)	(53.113.864)	(59.015.404)	(48.093.541)	(29.729.970)
Pagamentos ao pessoal	(78.504.300)	(76.965.000)	(73.300.000)	(72.877.430)	(58.994.627)
Caixa gerada pelas operações	7.461.691	(6.744.169)	(12.572.982)	(7.300.316)	21.779.416
Indemnização Compensatória	2.772.259	2.714.850	2.102.648	2.072.648	1.217.954
Outros pagamentos / Recebimentos atividade operacional	(2.325.396)	(2.325.396)	1.064.947	(1.277.323)	(2.019.666)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	7.908.553	(6.354.715)	(9.405.387)	(6.504.991)	20.977.704
Atividades de investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Atividades de investimento em ILD - Subsídios de investimento	1.300.000	1.300.000	1.300.000	1.137.500	1.670.125
Juros, dividendos e outros rendimentos similares			524.260	-	33.502
Total dos recebimentos	1.300.000	1.300.000	1.824.260	1.137.500	1.703.627
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis	(108.044.143)	(110.326.178)	(29.741.318)	(6.031.857)	(11.212.469)
Ativos intangíveis	(117.088)	(117.088)	-	-	-
Outros pagamentos	(3.772.870)	(3.772.870)	(15.258.682)	-	-
Total dos pagamentos	(111.934.101)	(114.216.136)	(45.000.000)	(6.031.857)	(11.212.469)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(110.634.101)	(112.916.136)	(43.175.740)	(4.894.357)	(9.508.842)
Atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Aumentos de Capital	7.884.958	19.464.995	151.881.702	192.050.802	358.409.543
Financiamentos obtidos	434.126.209	733.466.631	448.948.560	60.392.779	84.087
Total dos recebimentos	442.011.166	752.931.626	600.830.262	252.443.581	358.493.630
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos	(216.514.597)	(479.133.246)	(71.502.576)	(71.502.576)	(229.233.943)
Acordo de pagamento SWAP Santander			(269.491.716)	(79.357.443)	
Juros e gastos similares	(122.771.021)	(154.527.528)	(207.254.843)	(93.125.035)	(131.204.006)
Total dos pagamentos	(339.285.619)	(633.660.774)	(548.249.135)	(243.985.054)	(360.437.949)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	102.725.548	119.270.852	52.581.127	8.458.527	(1.944.319)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(0)	(0)	-	(2.940.822)	9.524.543
Caixa e seus equivalentes no início do período	22.023.844	22.023.844	22.023.844	24.964.665	15.440.123
Caixa e seus equivalentes no fim do período	22.023.844	22.023.844	22.023.844	22.023.844	24.964.665

ANEXO II – Fichas de projetos de investimento



Metropolitano de Lisboa

FICHA DE PROJETO DE INVESTIMENTO

Projeto	Renovação do sistema de videovigilância centralizada para as linhas Amarela, Verde e Vermelha e implementação de sistema de deteção de descida à via em estação.						Prazo de execução previsto (meses)	Gestor de Projeto	Chefe de Departamento	Diretor
Subprojeto							12	Isilda Lopes	Conceição Espadinha	Jorge Ferreira
Caraterização do Projeto / Justificação	Aquisição da 2ª fase de renovação do sistema de videovigilância centralizada para as linhas Amarela, Verde e Vermelha e implementação de sistema de deteção de descida à via em estação, por obsolescência dos equipamentos atuais instalados na rede Metro.								Área(s) Interna(s) promotor(a)s do Projeto	DMT
Montante estimado c/ Execução incluída			Montante Global Estimado	Fonte de Financiamento prevista	Receitas Próprias	PIDDAC	Fundo de Coesão	Empréstimos DGTF	Dotações de Capital	Outro
Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020								
950.000,00 €	550.000,00 €									
			1.500.000,00 €						100%	
Síntese dos Objetivos do Projeto	Económicos								Prioridade do Projeto	
	Sociais	reforço da segurança ("security") de espaços públicos de estação. Monitorização de acesso indevido aos túneis e demais locais técnicos da rede.							Baixa	
	Estruturantes	Gestão de tráfego e fluxo de passageiros nas estações da rede de metropolitano.							Média	
	Legais								Alta	
	Outros								Urgente	X
Identificação de trabalhos mais relevantes previstos	2018	Renovação do sistema de videovigilância centralizada para a linha Amarela e deteção de descida à via nas linhas Azul e Amarela	Resumo da análise custo-benefício	ROI (Retorno sobre investimento)	TIR (Taxa Interna Retorno Emp.)	VAL (Valor Actual Líquido)	PAYBACK (tempo p/retorno investimento)	OUTRO		
	2019	Renovação do sistema de videovigilância centralizada para a linha Verde e Vermelha e deteção de descida à via em estações destas								
	2020								No âmbito do serviço público	

Atividades	Orçamento					
	Inicial			Atualizado		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
substituição de equipamentos e parametrização de software de supervisão centralizada das estações da linha Amarela e implementação funcionalidade de descida à via de estações críticas das linhas Azul e Amarela.	550.000,00 €			950.000,00 €		
substituição de equipamentos e parametrização de software de supervisão centralizada das estações da linha Verde e Vermelha e implementação funcionalidade de descida à via de estações críticas dessas linhas.	550.000,00 €				550.000,00 €	
Totais parciais				950.000,00 €	550.000,00 €	0,00 €
Total					1.500.000,00 €	

Riscos	Observações
	Dado este projeto estar relacionado com a renovação do sistema de videovigilância centralizada, não há lugar ao cálculo dos indicadores económico-financeiros.

Ajuda ao Preenchimento		
ROI		$(\text{Margem de Lucro do Investimento} - \text{Custo Total do Investimento}) / \text{Custo Total do Investimento}$
TIR	FC - Fluxo de caixa no período zero TIR - Taxa Mínima de retorno/tratividade	$FC_0 + FC_1 \cdot (1+TIR)^1 + FC_2 \cdot (1+TIR)^2 + \dots + FC_n \cdot (1+TIR)^n = 0$
VAL	CF - cash-flow t - Taxa de desconto = Taxa de juro s/ risco	$CF_1 \cdot (1-t)^1 + CF_2 \cdot (1-t)^2 + \dots + CF_n \cdot (1-t)^n$
PAYBACK	Fluxo de caixa = Retorno - Investimento	Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado



Metropolitano de Lisboa

FICHA DE PROJETO DE INVESTIMENTO

Projeto	Renovação do sistema SCADA e reparação de defeitos de projeto/instalação inicial dos sistemas de comando local dos equipamentos de estação			Prazo de execução previsto (meses)	Gestor de Projeto	Chefe de Departamento	Diretor		
Subprojeto				24	Rui Correia	Conceição Espadinha	Jorge Ferreira		
Caraterização do Projeto / Justificação	Renovação de sistema SCADA por obsolescência do sistema atual para supervisão centralizada de instalações técnicas de estações, designadamente sistemas de bombagem e ventilação, quadros elétricos de MT e BT, sistemas de iluminação e AVAC, equipamentos de acesso mecânico e sistemas SADI. Reparação de defeitos de projeto/instalação inicial dos sistemas de comando local dos equipamentos de estação, condicionantes do funcionamento e operacionalidade global do sistema de supervisão.			Área(s) Interna(s) promotora(s) do Projeto		DMT			
Montante estimado c/ Execução Incluída		Montante Global Estimado	Fonte de Financiamento prevista	Receitas Próprias	PIDDAC	Fundo de Coesão	Empréstimos DGTF	Dotações de Capital	Outro
Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020							
300.000,00 €	700.000,00 €	500.000,00 €	1.500.000,00 €	-	-	-	100%	-	-
Síntese dos Objetivos do Projeto	Económicos	Redução do contingente de pessoal para monitorização permanente das infraestruturas técnicas de estação.						Prioridade do Projeto	
	Sociais	Resposta eficiente a situações de emergência nas estações.						Baixa	
	Estruturantes	Monitorização e controlo centralizado dos equipamentos das infraestruturas técnicas de estação da rede Metro.						Média	
	Legais							Alta	
	Outros							Urgente	
Identificação de trabalhos mais relevantes previstos	2018	Renovação do sistema na Linha Azul	Resumo da análise custo-benefício	ROI (Retorno sobre Investimento)	TIR (Taxa Interna Retorno Imp.)	VAL (Valor Actual Líquido)	PAYBACK (tempo p/retorno investimento)	OUTRO	
	2019	Renovação do sistema nas Linhas Verde							
	2020	Renovação do sistema na Linha Vermelha						No âmbito do serviço público	

Atividades	Orçamento					
	Inicial			Atualizado		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
substituição de equipamentos e parametrização de software SCADA e reparação de defeitos presentes no comando local dos equipamentos de estação da linha Azul				300.000,00 €		
substituição de equipamentos e parametrização de software SCADA e reparação de defeitos presentes no comando local dos equipamentos de estação da linha Verde e Amarela					700.000,00 €	
substituição de equipamentos e parametrização de software SCADA e reparação de defeitos presentes no comando local dos equipamentos de estação da linha Vermelha						500.000,00 €
<i>NOTA: foi extendido o âmbito inicial do projeto de renovação do sistema, considerando agora a contratação externa da totalidade da atividade de parametrização do software SCADA, bem como a externalização das atividades de reparação de defeitos encontradas nos equipamentos locais de comando da rede, com potencial impacto no sucesso final do projeto</i>						
Totais parciais				300.000,00 €	700.000,00 €	500.000,00 €
Total				1.500.000,00 €		

Riscos	Observações
	Dado este projeto estar relacionado com a renovação de sistema SCADA por obsolescência do sistema atual para supervisão centralizada de instalações técnicas de estações, não há lugar ao cálculo dos indicadores económico-financeiros.

Ajuda ao Preenchimento	
ROI	(Margem de Lucro do Investimento - Custo Total do Investimento) / Custo Total do Investimento
TIR	$FC_0 + FC_1 \cdot (1+TIR)^1 + FC_2 \cdot (1+TIR)^2 + \dots + FC_n \cdot (1+TIR)^n = 0$
VAL	$CF_1 \cdot (1-t)^1 + CF_2 \cdot (1-t)^2 + \dots + CF_n \cdot (1-t)^n$
PAYBACK	Fluxo de caixa = Retorno - Investimento Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado





FICHA DE PROJETO DE INVESTIMENTO

Projeto	Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90						Prazo de execução previsto (meses)	Gestor de Projeto	Chefe de Departamento	Diretor
Subprojeto							24	Conceição Espadinha	Conceição Espadinha	Jorge Ferreira
Caraterização do Projeto / Justificação	Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90, em 18 UT's, procedendo à substituição do acionamento pneumático para acionamento elétrico similar à restante frota. Renovação motivada pelo fim de vida dos equipamentos existentes, pela necessidade de reforço da precisão de fecho de portas, bem como a melhoria da fiabilidade do subsistema portas. Investimento crítico para a melhoria da qualidade de serviço e segurança do material circulante de exploração. Prestação de serviço a desenvolver pelo fabricante de portas.							Área(s) Interna(s) promotora(s) do Projeto	DMT	
Montante estimado c/ Execução incluída		Montante Global Estimado	Fonte de Financiamento prevista	Receitas Próprias	PIDDAC	Fundo de Coesão	FEDER	Dotações de Capital	Outro	
Ano 2018	Ano 2019									Ano 2020
810.000,00 €	810.000,00 €	1.620.000,00 €		-	-	-	-	100%	-	
Síntese dos Objetivos do Projeto	Económicos	melhoria da fiabilidade operacional e consequente redução do tempo de imobilização do material circulante						Prioridade do Projeto		
	Sociais	melhoria da qualidade de serviço público de transporte.						Baixa		
	Estruturantes	renovação de equipamento em fim de ciclo de vida do material circulante						Média		
	Legais							Alta		
	Outros							Urgente	X	
Identificação de trabalhos mais relevantes previstos	2018	instalação em 9 UTs	Resumo da análise custo-benefício	ROI (Retorno sobre Investimento)	TIR (Taxa Interna Retorno Emp.)	VAL (Valor Actual Líquido)	PAYBACK (tempo p/retorno investimento)	OUTRO		
	2019	instalação em 9 UTs								
	2020							No âmbito do serviço público		

Atividades	Orçamento					
	Iniciel			Atualizado		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
instalação em 9 UTs	1.620.000,00 €			810.000,00 €		
instalação em 9 UTs					810.000,00 €	
Totais parciais				810.000,00 €	810.000,00 €	0,00 €
Total						1.620.000,00 €

Riscos	Observações
	Dado este projeto estar relacionado com a recuperação / reabilitação de Material Circulante, não há lugar ao cálculo dos indicadores económico-financeiros.

Ajuda ao Preenchimento		
ROI		(Margem de Lucro do Investimento - Custo Total do Investimento) / Custo Total do Investimento
TIR	FC - Fluxo de caixa no período zero t - Taxa Mínima de retorno/atividade	$FC0 + FC1*(1+t)^1 + FC2*(1+t)^2 + \dots + FCn*(1+t)^n = 0$
VAL	CF - cash-flow t - Taxa de desconto = Taxa de juro s/ risco	$CF1*(1-t)^1 + CF2*(1-t)^2 + \dots + CFn*(1-t)^n$
PAYBACK	Fluxo de caixa = Retorno - Investimento	Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado





Metropolitano de Lisboa

FICHA DE PROJETO DE INVESTIMENTO

Projeto	Beneficiação geral de portas das frotas ML95, ML97 e ML99					Prazo de execução previsto (meses)	Gestor de Projeto	Chefe de Departamento	Diretor	
Subprojeto						36	Conceição Espadinha	Conceição Espadinha	Jorge Ferreira	
Caraterização do Projeto / Justificação	Beneficiação geral de portas das frotas ML95, ML97 e ML99 (93 UT's), com substituição de materiais em fim de vida, designadamente borrachas, fusos, corrediças, embraiagens, batentes e afinação geral. Investimento crítico para a melhoria da qualidade de serviço e segurança do material circulante de exploração. Prestação de serviço a desenvolver pelo fabricante de portas.					Área(s) Interna(s) promotora(s) do Projeto		DMT		
Montante estimado c/ Execução incluída			Montante Global Estimado	Fonte de Financiamento prevista	Receitas Próprias	PIDDAC	Fundo de Coesão	FEDER	Dotações de Capital	Outro
Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020								
1.000.000,00 €	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	6.000.000,00 €		-	-	-	-	100%	-
Síntese dos Objetivos do Projeto	Económicos	melhoria da fiabilidade operacional e consequente redução do tempo de imobilização do material circulante							Prioridade do Projeto	
	Sociais	melhoria da qualidade de serviço público de transporte.							Baixa	
	Estruturantes	renovação de equipamento em fim de ciclo de vida do material circulante							Média	
	Legais								Alta	
	Outros								Urgente	X
Identificação de trabalhos mais relevantes previstos	2018	instalação em 16 UTs	Resumo da análise custo-benefício	ROI (Retorno sobre investimento)	TIR (Taxa Interna Retorno Emp.)	VAL (Valor Actual Líquido)	PAYBACK (tempo p/retorno investimento)	OUTRO		
	2019	instalação em 31 UTs								
	2020	instalação em 31 UTs							No âmbito do serviço público	

Atividades	Orçamento					
	Inicial			Atualizado		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
instalação em 16 UTs	2.000.000 €			1.000.000 €		
instalação em 31 UTs		2.000.000 €			2.000.000 €	
instalação em 31 UTs			2.000.000 €			2.000.000 €
instalação em 15 UTs						
Totais parciais				1.000.000 €	2.000.000 €	2.000.000 €
Total					5.000.000 €	

Riscos	Observações
	Dado este projeto estar relacionado com a recuperação / reabilitação de Material Circulante, não há lugar ao cálculo dos indicadores económico-financeiros.
	Prevê-se a conclusão deste projeto em 2021, com uma execução de 1 ME.

Ajuda ao Preenchimento	
ROI	(Margem de Lucro do Investimento - Custo Total do Investimento) / Custo Total do Investimento
TIR	FC - Fluxo de caixa no período zero TIR - Taxa Mínima de retorno/atividade $FC0 + FC1 \cdot (1+TIR)^1 + FC2 \cdot (1+TIR)^2 + \dots + FCn \cdot (1+TIR)^n = 0$
VAL	CF - cash-flow t - Taxa de desconto = Taxa de juro s/ risco $CF1 \cdot (1-t)^1 + CF2 \cdot (1-t)^2 + \dots + CFn \cdot (1-t)^n$
PAYBACK	Fluxo de caixa = Retorno - Investimento Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado



[Handwritten signatures and initials]



FICHA DE PROJETO DE INVESTIMENTO

Projeto	PLANO DE EXPANSÃO DO METROPOLITANO DE LISBOA						Prazo de execução previsto (meses)	Gestor de Projeto	Chefe de Departamento	Diretor
Subprojeto	LIGAÇÃO DAS LINHAS AMARELA E VERDE: RATO – CAIS DO SODRÉ E VIADUTOS DO CAMPO GRANDE						68	Rui Pina	Rui Pina	Rui Pina
Caraterização do Projeto / Justificação	Prolongamento da linha Amarela, entre o Término do Rato e o Término do Cais do Sodré, e a criação de duas novas estações, Estrela e Santos; para que seja criada uma linha circular, será ainda realizada a desconexão das linhas Amarela e Verde na estação Campo Grande e instalação de CBTC no "anel" e 10 Uts (MC)							Área(s) Interna(s) promotora(s) do Projeto	GER	
Montante estimado c/ Execução Incluída			Montante Global Estimado	Fonte de Financiamento prevista	Receitas Próprias	POSEUR	Fundo Ambiental	Empréstimos BEI / Outros	Dotações de Capital	Outro
Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020								
9 800 000,00 €	70 000 000,00 €	71 900 000,00 €	266 000 000,00 €			31%	39%	29%		
Síntese dos Objetivos do Projeto	Económicos	Aumento do número de passageiros, graças à criação de duas novas estações e à melhoria da intraconectividade da rede							Prioridade do Projeto	
	Sociais	Disponibilização do serviço a zonas densamente povoadas da cidade não abrangidas pela atual rede							Baixa	
	Estruturantes	Criação de uma linha em anel incluindo a maioria das atuais linhas Amarela e Verde, melhorando a intraconectividade da rede e a interconectividade com outros modos de transporte, designadamente, comboio (linha de Cascais) e navio (ligações marítimas com a margem sul do Tejo)							Média	
	Legais								Alta	X
	Outros	Sinalização existente descontinuada							Urgente	
Identificação de trabalhos mais relevantes previstos	2018	Estudo Prévio, Estudo de Impacto Ambiental, Cartografia e de Topografia, Reconhecimento Geológico – Geotécnico, Anteprojecto, Projecto de Execução, Acabamentos e Sistemas, elaboração de Cadernos de Encargos de Civil e Procedimentos de consulta; adjudicação MC e CBTC			Resumo da análise custo-benefício	ROI (Retorno sobre Investimento)	TIR (Taxa Interna Retorno Emp.)	VAL (Valor Actual Líquido)	PAYBACK (Tempo p/ retorno Investimento)	OUTRO
	2019	Projecto de Execução de Acabamentos e Sistemas, Execução da Empreitada de Toscos, Cadernos de Encargos de Acabamentos e Sistemas e Procedimentos de Consulta; MC e CBTC				1,7571	4,18%	72 701 383 €		No âmbito do serviço público
	2020	Execução da Empreitada de Toscos (RA/CS), Execução de Acabamentos e Sistemas; Empreitada de Acabamentos e Sistemas; MC e CBTC								

Atividades	Orçamento					
	Inicial			Atualizado		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Estudos e Projectos				4 800 000,00 €	3 500 000,00 €	3 000 000,00 €
Empreitada				0,00 €	60 700 000,00 €	60 700 000,00 €
Expropriações				5 000 000,00 €	1 100 000,00 €	1 100 000,00 €
Material Circulante						
Sistema de Sinalização				0,00 €	4 700 000,00 €	7 100 000,00 €
Totais parciais				9 800 000,00 €	70 000 000,00 €	71 900 000,00 €
Total					151 700 000,00 €	

Indicadores Financeiros e Operacionais de Monitorização de Implementação do Projeto	Observações
Crescimento do nº de Passageiros nos primeiros 5 Anos de operação: média de 15,8 milhões de passageiros / Ano;	O valor estimado de investimento em Material Circulante é de 42M€ incluídos no valor global do projeto, no entanto, na perspectiva de orçamento, o MC será financiado por Leasing Operacional, com uma renda estimada de 3,9 M€ por ano, pelo prazo de 20 anos, a iniciar em 2021.
Crescimento da receita tarifária nos primeiros 5 Anos de operação: média de 10,7 milhões de euros / Ano;	Este projeto prevê-se estar concluído entre 2022/2023.
Crescimento da receita não tarifária nos primeiros 5 Anos de operação: média de 126 mil euros / Ano;	Está em estudo a possibilidade de o sistema de sinalização (CBTC) vir a ser coberto por Leasing Operacional, com uma renda estimada de 2,2 M€ por ano.

Ajuda ao Preenchimento	
ROI	(Margem de Lucro do Investimento - Custo Total do Investimento) / Custo Total do Investimento
TIR	FC0 + FC1*(1+IRR)^1 + FC2*(1+IRR)^2 + ... + FCn*(1+IRR)^n = 0 TIR - Taxa Mínima de retorno/atratividade
VAL	CF - cash-flow t - Taxa de desconto = Taxa de juros/risco CF1*(1-t)^1 + CF2*(1-t)^2 + ... + CFn*(1-t)^n
PAYBACK	Fluxo de caixa = Retorno - Investimento Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado





Metropolitano de Lisboa

FICHA DE PROJETO DE INVESTIMENTO

Projeto			PLANO DE EXPANSÃO DO METROPOLITANO DE LISBOA					Prazo de execução previsto (meses)	Gestor de Projeto	Chefe de Departamento	Diretor
Subprojeto			Projeto de Modernização do Sistema de Sinalização e do Material Circulante					24	Rui Pina	Rui Pina	Rui Pina
Caraterização do Projeto / Justificação			Aquisição e instalação de um Sistema de Sinalização CBTC na Linha Azul (incluindo equipamento embarcado CBTC em 44 das 111 Uts existentes e aquisição de 4 novas Uts equipadas com nova sinalização							Área(s) Interna(s) promotora(s) do Projeto	GER
Montante estimado c/ Execução incluída			Montante Global Estimado	Fonte de Financiamento prevista	Receitas Próprias	PIDDAC	Fundo de Coesão	Empréstimos DGTF	Dotações de Capital	Outro	
Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020									
0,00 €	23 128 500,00 €	23 128 500,00 €	46 257 000,00 €					6%	36%		
Síntese dos Objetivos do Projeto	Económicos									Prioridade do Projeto	
	Sociais	O novo sistema de sinalização na Linha Azul e PMO's, integrado com os sistemas de ATO e ATS permite a automação da operação, a redução do intervalo entre comboios e fornecimento de 4 novas Uts (MC)								Baixa	
	Estruturantes	Expansão da rede e consequente necessidade de modernizar e equipar o MC existente. Aumento do consumo de energia de tração devido ao aumento da velocidade, diminuição do consumo de energia de tração, devido à optimização da marcha e diminuição dos gastos de manutenção no sistema de sinalização da via.								Média	
	Legais									Alta	X
	Outros	Sinalização existente descontinuada.								Urgente	
Identificação de trabalhos mais relevantes previstos	2018	Elaboração dos Cadernos de Encargos, Lançamento de Concurso			Resumo da análise custo-benefício	ROI (Retorno sobre Investimento)	TIR (Taxa Interna Retorno Emp.)	VAL (Valor Actual Líquido)	PAYBACK (tempo p/ retorno investimento)	OUTRO	
	2019	Adjudicação, Início de Fornecimento e Instalação				1,1991	3,13%	666,00 €		No âmbito do serviço público	
	2020	Fornecimento e Instalação, Testes e Ensaios									

Atividades	Orçamento					
	Inicial			Atualizado		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Material Circulante					0,00 €	0,00 €
Sistema de Sinalização					14 728 500,00 €	14 728 500,00 €
Totais parciais				0,00 €	14 728 500,00 €	14 728 500,00 €
Total					29 457 000,00 €	

Riscos	Observações
	O valor estimado de investimento em Material Circulante é de 16,8ME incluídos no valor global do projeto, no entanto, na perspectiva de orçamento, o MC será financiado por Leasing Operacional, com uma renda estimada de 1,6 ME por ano, pelo prazo de 20 anos, a iniciar em 2021.
	Está em estudo a possibilidade de o sistema de sinalização (CBTC) vir a ser coberto por Leasing Operacional, com uma renda estimada de 2,8 ME por ano.

Ajuda ao Preenchimento	
ROI	$(\text{Margem de Lucro do Investimento} - \text{Custo Total do Investimento}) / \text{Custo Total do Investimento}$
TIR	$FC0 + FC1 \cdot (1 + \text{TIR})^1 + FC2 \cdot (1 + \text{TIR})^2 + \dots + FCn \cdot (1 + \text{TIR})^n = 0$
VAL	$CF \cdot (1 - t) \cdot (1 + t)^1 + CF \cdot (1 - t) \cdot (1 + t)^2 + \dots + CF \cdot (1 - t) \cdot (1 + t)^n$
PAYBACK	$\text{Fluxo de caixa} - \text{Retorno} - \text{Investimento}$



ANEXO III – Mapa de Pessoal, aprovado pelo Ministro do Ambiente



APROVO,
O Ministro do Ambiente

João Pedro Matos Fernandes
Assinado eletronicamente por
João Pedro Matos Fernandes
Código: 25170001121522
01/2018

(João Pedro Matos Fernandes)

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Mapa de Pessoal 2018

MAPA RESUMO

OE 2018

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria		
Cargo/Carreira/Categoria	N.º de postos de trabalho	Observações (a); (b)
Director de Serviços (1)	16	
Chefe de Divisão (1)	78	
Técnico Superior	131	
Técnico de Informática	0	
Assistente Técnico	235	
Assistente Operacional	1043	
Total	1503	

(1) identificar diploma legal que criou o cargo

(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado

(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial



MAPA DE PESSOAL (POSTOS DE TRABALHO)
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

OE 2017

Atribuições Competências/atividades	Unidade Orgânica/cérebro de competências ou de produção/área de atividades	Cargos/Categorias/Categorias													Área de Formação Académica e/ou Profissional	Nº de postos de trabalho	OBS (a)-(b)		
		Director-Geral (1)	Subdirector-Geral (1)	Director de Serviços (1)	Chefe de Divisão (1)	Técnico Superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Geral Operacional	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	*Outros (identificar)					
	Assesores do Conselho de Administração																	0	
	Direção de Ambiente e Qualidade			1	3	3						1				1		9	
	Direção de Capital Humano			1	9	11						13				2		36	
	Direção de Clientes			1	17	11						56				402		487	
	Direção de Empreendimentos			1	7	27						25				2		62	
	Direção Financeira			1	7	6						17				2		35	
	Direção de Logística			1	3	4						15						23	
	Direção de Manutenção			1	15	12						45				276		349	
	Direção de Operação			1	5	2						11				357		370	
	Direção de Segurança e Vigilância			1	2	2						11						16	
	Direção de Tecnologias de Informação			1	3	10						5			1			20	
	Gabinete de Auditoria Interna			1		4						1						6	
	Grupo para a Expansão da Rede			1		24						15						40	
	Gabinete Jurídico e de Contencioso			1	2	7						3						13	
	Grupo para a Inovação			1		1												2	
	Secretaria Geral			1	3	2						14						20	
	Gabinete de Valorização do Património			1	2	3						3						9	
TOTAIS GERAIS		0	0	16	78	131	0	0	0	335	0	0	1043	0			1509		

(1) Identifica o cargo legal que dá o cargo.
(a) Identifica o número de postos de trabalho a preencher com relação à data ou tempo da avaliação.
(b) Identifica o número de postos de trabalho a preencher.
* Atal: indica o número de postos de trabalho para o qual os dados são derivados.



ANEXO IV – Pedido de autorização de exceção do cumprimento dos Princípios Gerais dos IPG 2018

Avenida Fontes Pereira do Melo, 28
1069-095 Lisboa – Portugal
Telefone (351) 213 560 115
www.metropolitano.pt



Exma. Senhora
Drª Ana Filipa Brandão
Chefe de Gabinete de Sua Exa.
o Secretário de Estado e do Tesouro
Av. Inf. D. Henrique, nº 1
1149-009 Lisboa

Data 01-09-2017

N/Ref. 1284445

V/Ref.

Assunto: Pedido de autorização de exceção do cumprimento dos Princípios Gerais dos IPG 2018

Exmo. Senhor,

O Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., no cumprimento das orientações do acionista, e em concordância com o programa do XXI Governo, tem vindo a adotar as medidas necessárias para desincentivar a utilização do transporte individual, inverter o ciclo de degradação do serviço manifestado na perda de clientes e proporcionar um transporte público de qualidade, cómodo, acessível e com frequência ajustada à necessidade dos utilizadores.

Ao mesmo tempo que implementa estas medidas a empresa tem também de ultrapassar os constrangimentos gerados pela Lei 22/2016, de 4 de Agosto, que determina a total autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo – Transporte do Tejo, S.A. e da Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., e que se manifestam com especial ênfase na insuficiência do quadro de pessoal.

Entre as medidas já adotadas destaca-se a recuperação de material circulante e de estações, bem como sistemas de apoio à operação, como escadas rolantes, elevadores e equipamentos de bilhética. Contudo, reconhecemos que o trabalho até agora efetuado não é suficiente para repor os níveis de operacionalidade exigidos pelo contrato de concessão e, sobretudo, pelos clientes.

Efetivamente, para assegurar um transporte público ajustado às necessidades das populações é necessário continuar:

1. A recuperar a frota de material circulante, para a qual é imprescindível a reposição dos stocks das peças de manutenção,
2. A recuperar a operacionalidade dos sistemas de apoio à operação e da infraestrutura, nomeadamente dos meios de elevação mecânicos,
3. A reforçar do quadro de pessoal,
4. A investir na expansão da rede do Metropolitano.

Assinado em Lisboa, a 01 de Setembro de 2017.
Nome: Ana Filipa Brandão
Cargo: Chefe de Gabinete

Esta estratégia tem-se revelado ajustada. De facto, tem-se assistido à recuperação quer de clientes quer de receita, que durante o primeiro semestre de 2017 aumentaram, respetivamente, 7,7% e 8,8%. Porém, como seria de esperar, a sustentabilidade destes crescimentos, obriga a um esforço permanente de recuperação e expansão da infraestrutura existente, dos sistemas de apoio à operação e do reforço do quadro de pessoal.

Para tornar esta estratégia sustentável o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. necessita de um regime de exceção relativamente ao cumprimento dos Princípios Gerais de Elaboração dos IPG para 2018, Impostos pelas respetivas instruções emanadas pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Face ao que precede, requer-se autorização para ao nível do PAO e dos princípios financeiros ficarem excecionados as seguintes variáveis:

1. A eficiência operacional, quanto à redução de gastos com o CMVMC, FSE e pessoal;
2. O crescimento do EBITDA;
3. O PRC, ao nível da contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Com os melhores cumprimentos, *e considerações*



Luis Barroso

Vogal do Conselho de Administração



ANEXO V – Resposta ao pedido de exceção do cumprimento dos Princípios Gerais dos IPG 2018



SEAAmb - Of. N.:2084
Data:20-12-2017
02.09.02.06.

Exmo. Senhor
Eng.º Vítor Domingues dos Santos
Presidente do Conselho de Administração
do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
Av. Fontes Pereira de Melo, nº 28
1069-095 Lisboa

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ASSUNTO: Pedido de autorização de exceção do cumprimento dos Princípios Gerais dos IPG 2018

Caso Eng: Vítor Dantas.

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente de remeter a V. Exa. cópia do ofício n.º 5351/2017, de 15-12-2017, do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, para conhecimento.

Com os melhores cumprimentos, *passado,*

A/Chefe do Gabinete

Sofia Pascoa

Anexos: Doc. Cit.
CG/VR

SEAAmb - Entrada:1955
Data:18-12-2017
02.09.02.08



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente
Engº Artur Lopes Cabeças
Rua de o "Século", nº 51
1200 - 433 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 5351/2017 ENT.: 4260 de 11-09-2017 PROC. Nº: 37.33.03.09/2017	15-12-2017

ASSUNTO: Pedido de autorização de exceção do cumprimento dos Princípios Gerais dos IPG 2018

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do ofício nº 475/UTAM/2017, de 11 de setembro, da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epigrafe, após ter sido exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 1119/17 - SET
"Concordo. À DGTF para os devidos efeitos.
Dê-se conhecimento a S. Exa. o SEAAmb.
Álvaro Novo
15.12.2017"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,


Ana Brandão



DESPACHO N.º 1119/17 SEI

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS UTAM

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro

Entrada N.º 4260

Dia. AP

de 11/09/17 ps 37.33.09.09/2017

Assunto. À DGT para os devidos efeitos.
De-se submeter a L. Ex. o JEA And.

[Handwritten signature]

15.12.2017

Ana Filipa Brandão
Chefe do Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro

Exma. Senhora

Dr.ª Ana Filipa Brandão

M.I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro

Neste edifício

[Handwritten signature]
Miguel Novo
Secretário de Estado do Tesouro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
3713/2017	05/09/2017	N.º 475/UTAM/2017	11/09/2017
ENT: 4143 de 5/9/2017			
PROC. N.º: 37.33.03.09/17			

ASSUNTO: *Pedido de autorização de exceção do cumprimento dos Princípios Gerais dos IPG 2018*

Senhora Chefe do Gabinete,

Através do ofício n.º 3713/2017, de 5 de setembro de 2017, foi remetida à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) pelo Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para análise, cópia da carta com referência 1284445, de 1 de setembro, da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Metro de Lisboa), sobre o assunto mencionado em epígrafe. Nesta carta vem a Metro de Lisboa solicitar autorização de exceção às regras para a elaboração dos seus Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2018 aplicáveis à eficiência operacional, ao crescimento do EBITDA e ao PRC, neste caso ao nível da contratação de estudos, pareceres e consultoria. A Metro de Lisboa fundamenta este pedido na necessidade de repor níveis de operacionalidade exigidos no contrato de concessão, e que considera imprescindíveis para assegurar um transporte público adequado às necessidades da população. Neste contexto, destaca as seguintes medidas:

- A recuperação da frota de material circulante, e em particular a reposição dos stocks de peças de manutenção;
- A recuperação dos meios de elevação mecânicos (escadas rolantes e elevadores);
- O reforço do quadro de pessoal;
- O investimento na expansão da rede.

[Handwritten signatures and initials]



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

Após análise, é parecer da UTAM que o solicitado pela empresa tem enquadramento no disposto nas instruções para a elaboração dos IPG e que a fundamentação, em termos genéricos, é adequada. Porém, e apesar do acima referido, considera a UTAM que o solicitado pela Metro de Lisboa – i.e., uma autorização genérica para as exceções propostas – não deve, neste momento, ser atendido, uma vez que o alcance, indispensabilidade e mérito de tais exceções não pode ser avaliado em termos gerais e abstratos, mas deverá sim sê-lo em concreto, isto é, face ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO) que através delas a empresa pretende viabilizar.

Assim, e se Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro concordar, a UTAM procederá à análise da proposta de PAO para 2018 da Metro de Lisboa tendo presente o que é solicitado, e a apreciação e parecer da UTAM nesta matéria integraria o Relatório de Análise que fosse elaborado. Desta forma Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro pronunciar-se-ia sobre a bondade da proposta de exceção agora feita no contexto da concretização da proposta de PAO 2018 da Metro de Lisboa – isto é, aprovaria em conjunto a proposta de PAO e as exceções às regras, na medida em que concordasse com os objetivos a alcançar e os meios a utilizar, como explanado na proposta de PAO.

Com os melhores cumprimentos,

Fernando Pacheco

O Diretor da UTAM

Fernando Pacheco

Fernando Pacheco

[Handwritten signatures]



PARECER DO CONSELHO FISCAL

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2018

METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

1. ENQUADRAMENTO

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)¹ compete ao Conselho de Administração (CA) proceder à elaboração dos planos de atividades e dos planos de investimento e financeiros anuais e plurianuais, e dos orçamentos anuais, de acordo com as orientações gerais e específicas definidas para o sector e para a empresa e os pressupostos macroeconómicos definidos pelo Governo, submetendo-os à aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da ML para o exercício de 2018 foi aprovado pelo CA através de deliberação tomada em 23 de fevereiro de 2018 e posteriormente remetido ao Conselho Fiscal (CF) em 25 de fevereiro de 2018.

Nesta conformidade, e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF vem emitir o seu parecer sobre a proposta de PAO da ML para o exercício de 2018.

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro², as orientações específicas para a preparação dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2018 pelas empresas que integram o perímetro das Administrações Públicas como Entidades Públicas Reclassificadas, como é o caso da ML, foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do ofício circular n.º 3708, de 7 de agosto de 2017, que determina que os referidos IPG devem ser acompanhados do parecer do órgão de fiscalização, o qual deverá incidir, designadamente, sobre os pontos constantes da Circular OE2018, emitida pela Direção-Geral do Orçamento (DGO).

De acordo com o referido ofício circular os IPG devem ser consistentes com os valores orçamentados em sede do Orçamento do Estado para 2018 e fazer-se acompanhar da declaração de conformidade, disponibilizada em anexo à Circular n.º 1387 da DGO.

¹ Aprovados pelo Decreto Lei n.º 148 A/2009, de 26 de junho

² Alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

O PAO para 2018, cuja elaboração teve em consideração os pressupostos macroeconómicos de referência considerados no supra citado ofício circular n.º 3708 da DGTF, tem subjacente uma estratégia de desenvolvimento³ baseada no cumprimento de diversos objetivos definidos pelo CA da ML, tendo em vista a concretização da respetiva “Visão”⁴ e o cumprimento da “Missão”⁵ que está cometida à empresa.

Refira-se, ainda, que o PAO 2018 tem subjacente a atual autonomia jurídica da ML, decorrente da produção de efeitos da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto⁶, tendo o CA definido um novo modelo organizacional da empresa a partir do segundo trimestre de 2017, que permanecerá em vigor no corrente ano.

2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E PROJEÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS PARA 2018

Para o triénio 2018/2020 a ML definiu a estratégia de desenvolvimento a seguir tendo subjacentes três eixos de atuação: qualidade, segurança e responsabilidade económica, social e ambiental, destacando, nesse âmbito, o objetivo de recuperar as intervenções programadas no material circulante e infraestruturas, como condição essencial para reestabelecer os níveis de qualidade e cumprimento da oferta do serviço público.

Em consonância com a referida estratégia foram definidos diversos objetivos, sendo de destacar os seguintes:

- Promoção da mobilidade sustentável através do incentivo à utilização do transporte público;
- Reforço da oferta, com horários e frequências ajustados às necessidades atuais dos clientes;
- Melhoraria das acessibilidades de forma a potenciar a utilização deste meio de transporte por pessoas de mobilidade reduzida;
- Prossecução de medidas de eficiência energética;
- Contribuição para o plano de descarbonização da cidade de Lisboa;

³ Segundo o PAO, a estratégia de desenvolvimento a seguir pela ML tem como horizonte temporal o triénio 2018-2020, embora com especial impacto no ano de 2018

⁴ Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

⁵ Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável

⁶ Com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2017, estabeleceu a total autonomia jurídica da ML, da CARRIS - Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo - Transportes do Tejo, S.A. e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., revogando os Decretos Leis n.º 98/2012, de 3 de maio, e n.º 161/2014, de 29 de outubro.

- Desenvolvimento de projetos de expansão e remodelação da rede;
- Recuperação de intervenções programadas no material circulante e infraestruturas;
- Reforço do quadro de pessoal com vista a assegurar a oferta e qualidade de serviço.

Tendo em conta que tais objetivos não serão totalmente conciliáveis com os limites e níveis de contenção definidos nos Princípios Gerais dos IPG para 2018, a ML, através do seu ofício 1284445, de 1 de setembro de 2017, remetido ao Gabinete de Sua Exa. o Secretário de Estado do Tesouro, solicitou autorização de exceção às regras para elaboração dos IPG para 2018 aplicáveis à eficiência operacional, ao crescimento do EBITDA e ao Plano de Redução de Custos (PRC), neste caso ao nível da contratação de estudos, pareceres e consultoria. A ML fundamentou tal pedido com a necessidade de repor níveis de operacionalidade exigidos no contrato de concessão, os quais considera imprescindíveis para assegurar um transporte público adequado às necessidades da população.

Nesta sequência, a UTAM propôs que o PAO para 2018 e as exceções às regras solicitadas fossem objeto de análise conjunta e, havendo concordância com os objetivos a alcançar e os meios a utilizar, da correspondente aprovação por Sua Exa. o Secretário de Estado do Tesouro.

Neste contexto, e face aos anteditos objetivos, o investimento previsto para o ano de 2018, num total de 36,6 milhões de euros⁷, destina-se em grande medida para o prolongamento/remodelação da rede (ILD), com maior relevo para a extensão Rato / Cais do Sodré⁸, mas também para a substituição e modernização de sistemas de segurança que se encontram em fim de vida.

Acresce àquele valor o aumento de capital de 3,4 milhões de euros na participada Ferconsult – Projetos e Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult), previsto realizar por conta de créditos a receber, de modo a dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, o valor global dos investimentos orçamentados para 2018 ascende a 40,0 milhões de euros, muito superior aos valores dos anos mais recentes (4,8 milhões de euros estimados para 2017 e 5,4 milhões de euros realizados em 2016).

Salientam-se ainda as previsões de encargos com o investimento para os anos subsequentes: 104,3 milhões de euros e 102,5 milhões de euros, respetivamente para 2019 e 2020.

⁷ Formação bruta de capital fixo.

⁸ Cujas obras se prevê iniciar no decorrer do 1.º semestre de 2019.

Quanto à atividade operacional para 2018, as principais linhas de orientação propostas assentam nos seguintes aspetos:

- Aumento da procura em cerca de 5% face ao estimado para 2017, prevendo-se atingir um total de 158,5 milhões de passageiros transportados;
- Incremento da oferta em 12,5% (+383,6 milhões de lugares x km face ao estimado para 2017);
- Estimativa de aumento das receitas (receitas de títulos de transporte e participações dos passes) em 6,1 milhões de euros (+6,1%) face ao estimado para 2017, baseada nos níveis de procura e alterações tarifárias previstos para 2018;
- Compensação financeira atribuída pelo Estado aos títulos subsidiados, em cerca de 2 milhões de euros;
- Aumento em cerca de 4% dos gastos com energia, face à estimativa para 2017, prevendo-se que o indicador “consumo de energia por carruagem x km” registe um ligeiro decréscimo decorrente do aumento proporcionalmente superior de carruagens x km previstas para 2018 por comparação com o aumento do consumo de energia;
- Melhoria significativa na disponibilidade do material circulante (89,7% face à estimativa para 2017 de 78,0%), em resultado das atividades gerais de manutenção preventiva agendadas para 2018;
- Redução do n.º de horas/mês de indisponibilidade da infraestrutura principal (1,5 face à estimativa para 2017 de 3,0), sem prejuízo do agendamento para 2018 de atividades regulares de manutenção e conservação das infraestruturas fixas e de atividades específicas de renovação por fim de vida ou beneficiação de equipamentos e instalações;
- Alienação de bens imóveis que integram o património não operacional da empresa⁹;
- Contratação de 78 efetivos, dos quais ainda está por aprovar a contratação de 68, com reflexo no aumento das remunerações ao pessoal.

⁹ É também referida a alienação de um imóvel que não está efetivamente conexionado com a operação, mas que está integrado no âmbito da concessão como bem afeto à prestação do serviço público, carecendo, por isso, de autorização do concedente - Estado Português.



Os impactos das atividades, de investimento e operacionais, a desenvolver em 2018 estão refletidos nas correspondentes projeções económicas e financeiras, destacando-se o contínuo desenvolvimento de projetos de expansão e remodelação da rede, a recuperação das intervenções programadas no material circulante e o reforço do quadro de pessoal, não conciliáveis com os limites e níveis de contenção definidos nos Princípios Gerais dos IPG para 2018.

De facto, e expurgados os efeitos não *cash*¹⁰, as projeções apontam para um aumento dos gastos operacionais em 4,7 milhões de euros (+4,2%) face a 2017 (estimativa), atingindo o valor de 114,7 milhões de euros, por via do aumento dos gastos com consumos de materiais (+3,7 milhões de euros) e com fornecimentos e serviços externos (+3,3 milhões de euros) relacionados com o objetivo de atingir níveis de serviço de acordo com as atuais necessidades dos clientes, quer por via do aumento da oferta, quer pela melhoria da infraestrutura atual.

Ainda quanto aos gastos operacionais, realça-se que a previsão de redução dos gastos com o pessoal (-1,3 milhões de euros face ao estimado para 2017) ocorre por via do decréscimo de 1,5 milhões de euros dos encargos futuros com pensões¹¹, já que quanto às remunerações do pessoal prevê-se um acréscimo de 0,3 milhões de euros, quer pelo recrutamento de pessoal, quer pela aplicação dos artigos 20º e 21º da LOE 2017¹² e do impacto com valorizações remuneratórias nos termos do Despacho n.º 3746/2017.

Os rendimentos operacionais projetados para 2018 ascendem a 115,1 milhões de euros, sem considerar os efeitos não *cash*¹³, o que corresponde a um aumento de 4,1 milhões de euros (+3,7%) face a 2017 (estimativa), atingindo o valor de 115,1 milhões de euros, por via do acréscimo das receitas tarifárias (+6,4 milhões de euros) refletindo a expectativa de aumento da procura, em linha com a atual tendência de crescimento.

Assim, o EBITDA orçamentado (expurgados os efeitos de natureza não *cash*) ascende ao valor positivo de 0,3 milhões de euros, traduzindo se num ligeiro agravamento face aos 0,9 milhões de euros de 2017 (estimados) e aos 1,3 milhões de euros de 2016 (realizados).

¹⁰ Amortizações, ajustamentos, provisões, perdas de justo valor e perdas em imparidades.

¹¹ Dado que os trabalhadores contratados após 2003 não têm direito a complemento de reforma.

¹² Respetivamente, atualização do subsídio de refeição e retoma da aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho

¹³ Reversões e subsídios ao investimento.

Para 2018 são projetados prejuízos que ascendem a 51,7 milhões de euros, cuja comparabilidade com o resultado líquido estimado para 2017 (negativo em 31,7 milhões de euros) se encontra prejudicada, na medida em que o resultado líquido previsional não reflete quaisquer aumentos/reduções de justo valor ou perdas/reversões de imparidades.

Ao nível do balanço previsional para 2018, destaca-se a rubrica do ativo identificada como “investimentos de infraestruturas de longa duração - ILD”, no valor de 4.492,5 milhões de euros, que respeita aos bens afetos à atividade da empresa¹⁴, bem como as rubricas do passivo corrente e não corrente de ILD, no valor global de 3.110,8 milhões de euros (financiamentos e outras contas a pagar com aqueles relacionados). De realçar que tais valores representam reduções face ao ano anterior, prevendo-se para o efeito a realização de operações de transferência de ILD para a DGTF¹⁵.

O financiamento remunerado previsto para 2018 ascende a 3.734,0 milhões de euros, o que representa um agravamento de 289,5 milhões de euros face a 2017 (estimado) e de 246,8 milhões de euros face a 2016 (realizado), situação que decorre da conjugação das seguintes operações:

- Novos financiamentos da DGTF no montante global de 445,1 milhões de euros;
- Regularização por contrapartida em dívida¹⁶ dos empréstimos da DGTF no montante total de 68,8 milhões de euros;
- Reembolso de 71,5 milhões de euros referentes ao empréstimo do BEI;
- Amortização de 15,3 milhões de euros relativos a operações *leasing*.

Regista-se assim uma inversão da tendência dos anos mais recentes de redução do endividamento, situação relacionada sobretudo, com os encargos financeiros a suportar com a banca comercial (cerca de 476,7 milhões de euros face a 165,2 milhões de euros em 2017)¹⁷, mas também com o forte acréscimo do investimento previsto para 2018 (40,0 milhões de euros face a 4,8 milhões de euros estimados para 2017 e 5,4 milhões de euros realizados em 2016).

O PAO 2018 projeta necessidades de financiamento de 692,1 milhões de euros, para cobertura: i) do défice de tesouraria operacional (9,4 milhões de euros); ii) das despesas de investimento (44,5 milhões de euros); e iii) do serviço da dívida e encargos financeiros (638,2 milhões de euros), estando

¹⁴ Custo de construção, gastos suportados e pagamentos por dívidas relacionadas com ILD.

¹⁵ Lei do Orçamento de Estado para 2018, artigo 129º.

¹⁶ Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 129.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018)

¹⁷ Este aumento decorre essencialmente do pagamento de encargos com swaps Banco Santander, na sequência do acordo celebrado com aquele banco em maio de 2017.

prevista a sua cobertura através de dotações de capital (170,9 milhões de euros)¹⁸, de empréstimos da DGTF (445,1 milhões de euros), da assunção de passivos / transferência de ativos relacionados com as ILD para a DGTF (74,7 milhões de euros)¹⁹ e de verbas do PIDDAC (1,3 milhões de euros).

Destaca-se, ainda, a previsão de melhoria dos capitais próprios da empresa em 2018, crescendo para 696,8 milhões de euros (+9,8 milhões de euros face ao valor estimado para 2017), ainda assim de valor muito inferior ao capital social, situação merecedora de ponderação, atento o disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

3. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA

Através do ofício n.º 3708, de 7 de agosto de 2017, da DGTF, o acionista emitiu as orientações a respeitar pelas empresas públicas reclassificadas na elaboração das propostas de PAO 2018, designadamente os princípios financeiros de referência aplicáveis, o limite ao acréscimo do endividamento e a conformidade com os valores do orçamento registado no sistema de recolha do orçamento do Estado 2018 (SOE).

Princípios Financeiros de Referência para 2018

Conforme já referido no presente parecer, através de ofício de 1 de setembro, a ML requereu autorização de exceção quanto ao cumprimento dos seguintes princípios financeiros de referência: i) o crescimento do EBITDA; ii) a eficiência operacional, e iii) o PRC, neste caso ao nível da contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, pelo que as situações de incumprimento infra descritas poderão vir a merecer um enquadramento de exceção, no âmbito da aprovação da proposta de PAO para 2018.

Efetivamente, tanto o EBITDA como o EBITDA ajustado (sem considerar os efeitos não *cash*) projetados para 2018 evoluem desfavoravelmente, face ao ano anterior, o que, em termos previsionais, não garante o cumprimento do princípio financeiro de referência de crescimento do indicador EBITDA.

A ML é uma empresa com EBITDA não negativo, pelo que, em 2018, deverá assegurar a melhoria da sua eficiência operacional, aferida através do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, observando-se, em 2018, o agravamento do referido rácio, face a 2016.

¹⁸ Aumentos de capital em numerário, dos quais cerca de 19,1 milhões de euros, para financiar pagamentos relacionados com leasings financeiros, não foram refletidos no Balanço Previsional e na Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional dado que ainda se aguarda a respetiva autorização da Direção Geral do Orçamento.

¹⁹ Lei do Orçamento de Estado para 2018, artigo 129º



Quanto ao designado PRC²⁰, verifica-se o aumento dos gastos projetados para 2018, face a 2016. Contudo, importa ressaltar que a comparabilidade dos gastos com “deslocações, ajudas de custo e alojamento”, face a 2016, se encontra prejudicada, porquanto, neste ano, os gastos foram repartidos pela ML, pela CARRIS - Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e pela Transtejo — Transportes do Tejo, S.A., observando-se, no entanto, uma diminuição desse conjunto de gastos face a 2017.

No que respeita à evolução prevista para o conjunto dos gastos associados à frota automóvel, o PAO 2018 prevê o incumprimento das orientações sobre a matéria, importando sublinhar que a autonomização da ML, da CARRIS, da Transtejo e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., determinou a urgência na reposição de viaturas.

Evolução dos recursos humanos e dos respetivos gastos²¹

O PAO 2018 projeta um quadro de 1.484²² trabalhadores, que corresponde a um aumento de 76²³ trabalhadores face à estimativa para 2017 (1408)²⁴. Não obstante esse aumento, o orçamento prevê uma diminuição de 2,1 milhões de euros nos gastos com pessoal (corrigidos dos encargos com as valorizações remuneratórias nos termos do Despacho n.º 3746/2017 e com a aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017²⁵), face à estimativa para 2017. Destaca-se que, conforme já anteriormente referido, o decréscimo dos gastos com pessoal é, essencialmente, justificado pela redução dos encargos futuros com pensões (- 1,5 milhões de euros, face à estimativa para 2017).

Sobre as novas contratações (78) a ocorrer em 2018, e de acordo com informação constante na proposta de PAO para 2018, está em curso o processo de contratação de 10 trabalhadores para a área de manutenção, decorrente da autorização conferida em 2017, e projeta-se a contratação de mais 68 trabalhadores, cujo pedido de autorização prévia já foi formalizado²⁶.

²⁰ O plano de Redução de Custos estabelece a meta de manutenção dos gastos com “deslocações, ajudas de custo e alojamento” e dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria ao nível dos gastos registados em 2016.

²¹ Prosseguir uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente. Em 2018 os encargos com pessoal não devem ser superiores aos estimados para 2017, corrigidos dos encargos: (i) valorizações remuneratórias, e (ii) aplicação dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 42/2016, de 8 de dezembro.

²² Não considerando os órgãos sociais (7).

²³ Corresponde à contratação de 78 trabalhadores e à saída de 2 trabalhadores por aposentação.

²⁴ Não considerando os órgãos sociais (7).

²⁵ Lei n.º 42/2016, de 8 de dezembro

²⁶ O artigo 52.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro) estabelece que só pode ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no respetivo decreto-lei de execução orçamental (DLEO), pelo que se desconhecem, à data da emissão do presente parecer, eventuais impactos do DLEO em matéria de contratação de trabalhadores

Limites ao endividamento bancário

O PAO 2018 prevê um aumento de 7,37% do financiamento remunerado, por aplicação da fórmula de cálculo da variação do endividamento. Expurgado o efeito relacionado com os contratos *swap* celebrados com o Banco Santander Totta, S.A., atento o carácter extraordinário do mesmo, a ML dá cumprimento ao limite de 2% de acréscimo do endividamento.

Prazo médio de pagamentos (PMP) e pagamentos em atraso

Para 2018 está previsto um crescimento acentuado do PMP (para 35 dias), justificado pela realização de novas empreitadas, cujo PMP é de 60 dias, bem como a liquidação das dívidas em atraso.

Contratação Pública

O PAO para 2018 é omissivo quanto à aplicação do Código dos Contratos Públicos²⁷.

Participadas

O PAO 2018 divulga o cumprimento das orientações do acionista por parte das empresas participadas (Ferconsult e METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, SA), no que respeita ao EBITDA, plano de redução de custos e evolução dos recursos humanos.

4. PARECER

Em resultado da análise efetuada, o Plano de Atividades e Orçamento para 2018, aprovado pelo Conselho de Administração, merece as seguintes observações do Conselho Fiscal:

- a) Não inclui informação sobre a eventual necessidade de alterações na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, e/ou outros efeitos, decorrentes do contrato de concessão de serviço público de transporte do metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, celebrado com o Estado, em 23 de março de 2015, o qual compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão;
- b) Apesar da celebração do referido contrato, continuam omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre a ML e o Estado no que respeita à posse e utilização das ILD, pelo que as demonstrações financeiras previsionais foram elaboradas no pressuposto da manutenção dos

²⁷ Aprovado através do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a última alteração conferida pelo Decreto Lei n.º 111 8/2017, de 31 de agosto.


procedimentos contabilísticos utilizados nos anos anteriores para registo dos fluxos resultantes da atividade de serviço público;

- c) Não é apresentada informação desagregada e quantificada sobre as operações que contribuem para os saldos estimados das rubricas de ativo e passivo relacionadas com ILD;
- d) Não integra a declaração de conformidade orçamental dado que a versão da proposta de PAO para 2018, aprovada em 23 de fevereiro de 2018, não corresponde à proposta formulada pelo Conselho de Administração para integrar o Orçamento do Estado para 2018, estando ajustada ao orçamento aprovado (Cfr. informação prestada pela empresa).

Face ao exposto, e apesar das situações antes referidas, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de opinião que o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. reflete, numa base razoável, as previsões da atividade da empresa.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2018.

O Conselho Fiscal

Presidente

(José Carlos Pereira
Nunes)

Vogal efetiva

(Cristina Maria Pereira
Freire)

Vogal efetiva

(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)